

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

Escrita interminável: o testemunho impossível em *K.: Relato de uma Busca*, de Bernardo Kucinski

Diego Thimm Barcelos

São Carlos
2024

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

Escrita interminável: o testemunho impossível em *K.: Relato de uma Busca*, de Bernardo Kucinski

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura, referente à Linha de Pesquisa em Literatura, História, Cultura e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Literatura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Diana Junkes Bueno Martha.

ADRADECIMENTOS

Aos educadores e educadoras que me ensinaram que a educação se faz com curiosidade, diálogo, responsabilidade, mas sobretudo, com amor.

À professora Diana Junkes Bueno Martha. Em suas palavras, por manter a luz acesa. Em minhas, por iluminar caminhos.

À professora Camila da Silva Alavarce Campos e ao professor Fábio José Bechara Sanchez, pelas leituras cuidadosas e sugestões.

À Patrícia, que ajudou que as linhas sobre psicanálise deste trabalho fossem possíveis.

Ao William, por ajudar a sustentar o meu desejo.

Kafkaniamente aos meus pais, por serem o melhor que podem ser.

Ao professor Luís Fernandes dos Santos Nascimento (In Memoriam).

*Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico
Foi encontrado na ruína de uma escola em construção
Aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína
Tudo é menino e menina no olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto ganindo pra lua
Nada continua
E o cano da pistola que as crianças mordem
Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é muito mais bonita
E muito mais intensa do que no cartão postal*

*Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial [...]*

Caetano Veloso

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise de *K.: Relato de uma Busca*, de Bernardo Kucinski a partir da noção de testemunho. O livro relata a história da busca do personagem K. pela filha desaparecida durante a ditadura militar brasileira. Para isso, iremos propor uma discussão teórica inicial sobre as perspectivas e as noções sobre o que constitui uma obra com teor testemunhal, principalmente a partir das pesquisas de Márcio Seligmann-Silva. Ainda na primeira parte, apresentamos um diálogo entre literatura e história, a partir de textos de Walter Benjamin e as leituras realizadas por Seligmann-Silva e Jeanne Marie Gagnebin. Para abordar a questão do trauma e do luto, colocamos o pé na psicanálise junto com Freud, além de adentrarmos na noção ressentimento a partir dos estudos de Maria Rita Kehl e Luis Kancyper. Na segunda parte do trabalho, iniciamos propriamente a análise do relato de Bernardo Kucinski, com um estudo que se propõe multidisciplinar ao tocar em questões literárias e também na construção de diálogos com as teorias apresentadas anteriormente e outros textos do campo sociológico e jornalístico. Neste movimento, apresentamos uma contextualização da ditadura brasileira sob a perspectiva de sua continuidade, a partir de textos de Fabio Victor, Edson Teles, entre outros. Por fim, olhamos para o testemunho como um lugar possível de reparação individual e coletiva.

Palavras-Chave: Bernardo Kucinski; testemunho; ditadura; ressentimento; reparação; psicanálise.

ABSTRACT

The main objective of this work is to carry out an analysis of *K.: Relato de uma Busca*, by Bernardo Kucinski based on the notion of testimony. The book tells the story of the character K.'s search for his missing daughter during the Brazilian military dictatorship. To this end, we will propose an initial theoretical discussion about the perspectives and notions of what constitutes a work with testimonial content, mainly based on the research of Márcio Seligmann-Silva. Still in the first part, we present a dialogue between literature and history, based on texts by Walter Benjamin and readings carried out by Seligmann-Silva and Jeanne Marie Gagnebin. To address the issue of trauma and mourning, we set foot in psychoanalysis together with Freud, in addition to delving into the notion of resentment based on the studies of Maria Rita Kehl and Luis Kancyper. In the second part of the work, we begin the analysis of Bernardo Kucinski's report, with a study that proposes to be multidisciplinary by touching on literary issues and also by building dialogues with the theories presented previously and other texts from the sociological and journalistic fields. In this movement, we present a contextualization of the Brazilian dictatorship from the perspective of its continuity, based on texts by Fabio Victor, Edson Teles, among others. Finally, we look at testimony as a possible place for individual and collective repair.

Keywords: Bernardo Kucinski; testimony; dictatorship; resentment; repair; psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO 1 - TRAUMA E TESTEMUNHO	13
1.1 Memória e o lugar do testemunho: algumas perspectivas	13
1.2 Literatura e história: um olhar benjaminiano	23
1.3 Elaborar o passado: ressentimento e a impossibilidade do luto	32
2. CAPÍTULO 2 - K.: <i>RELATO DE UMA BUSCA</i>	45
2.1 Uma busca impossível	45
2.2 Ditadura brasileira e a saída conciliatória	59
2.3 Uma tentativa de reparação	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A manhã, quente e abafada, completamente estática, ardendo em claraboias e, para fora da vila, ao longo da longa estrada, dói no olhar e na memória, clara como página sem nada.

Almeida Faria

Em um texto para a Carta Capital, chamado *O engodo da pacificação*, a psicanalista Maria Rita Kehl escreve que na história do Brasil e de outros países, “não existe paz sem Justiça” (KEHL, 2024). Paz e Justiça, dois horizontes talvez inalcançáveis em suas metas definitivas, mas que podem criar tensões necessárias para que colisões de mundos engendrem reparações históricas que não podem ser apagadas da memória individual e coletiva de nosso país.

A história, ao ser contada, sempre tem um lado. Normalmente, a versão dos “vencedores” impera, que na maioria dos casos, podem também ser chamados de opressores. A história brasileira é uma narrativa da violência. Violência contra as mulheres, contra a população periférica, contra pessoas negras, contra povos indígenas, enfim, contra tudo o que está na margem¹ de uma sociedade descaradamente desigual.

Como então pensar uma história contada a partir das versões de vítimas deste processo de violência e de barbárie - para evocarmos Walter Benjamin (BENJAMIN, 1987) - ou qual o lugar do testemunho em uma sociedade que, ainda hoje, tenta silenciar corpos e vozes dissonantes? Além disso, como pensar em um novo conceito de história que quebre com o tempo vazio e homogêneo e conteste a noção atual de progresso?

Esta pesquisa, um pouco distante do seu tema principal de hoje, teve seu início em 2021 com a proposta de analisar obras literárias a partir da teoria da recepção. Ao adentrarmos nesses estudos iniciais e a partir das relações dialógicas com professoras e professores do programa,

¹ Não nos cabe neste trabalho adentrar nas discussões sobre as perspectivas ditas pós-modernas, mas Linda Hutcheon escreve que “quando o centro começa a dar lugar às margens, quando a universalização totalizante começa a desconstruir a si mesma, a complexidade das contradições que existem dentro das convenções – como, por exemplo, as de gênero – começam a ficar visíveis.” (HUTCHEON, 1991, p.86).

percebemos a falta de uma certa concretude para guiar o trabalho. Portanto, saímos de uma pesquisa com um horizonte voltado sobretudo para teorias da estética, ao buscarmos um objeto de estudo literário para dar um novo encaminhamento ao trabalho. Como escreve Márcio Seligmann-Silva, “hoje como ontem, a estética não pode pretender sua total autonomia com relação às demais esferas da sociedade, sob a pena de cair na mera reprodução da ideologia estética - que não é nada mais que uma ideologia política ‘glamourizada’ que esconde a sua face conservadora.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 21).

Ao longo do percurso, surgiram uma série de intempéries que, hoje, podemos enxergar com mais distância e reconhecer que estas não foram apenas barreiras para a continuação da pesquisa, como de alguma maneira, só a partir delas que este trabalho se fez possível. A proposta que apresentamos aqui dialoga diretamente com nossas inquietações iniciais, mas com uma nova perspectiva. A partir da noção de testemunho, pudemos trazer certa concretude para abordarmos questões acerca dos limites da palavra e da escrita, e sobre a conversa entre literatura e psicanálise, que estavam presentes desde o início. O último anseio - e talvez o principal - atendido com as mudanças de rotas contingentes desta pesquisa, foi aproximar o trabalho ao campo de estudos sociais e políticos em nosso país.

Não pretendemos trazer respostas simples com esta pesquisa, mas olhar para o lugar do testemunho, como um lugar de tentativa de reparação de uma história que se nega a olhar com coragem para ela mesma. Encontrar veredas que busquem ressonâncias com outras vozes, antigas e contemporâneas.

O caminho, portanto, a ser percorrido será analisar um período específico da história brasileira recente: o golpe militar de 1964, que completa 60 anos, lido a partir da obra do jornalista Bernardo Kucinski, *K.: Relato de uma Busca*.

O livro traz o testemunho, se assim o podemos chamar, de um pai e sua busca por respostas para o desaparecimento da filha, então professora de Química da Universidade de São Paulo (USP) e militante política de esquerda, durante a ditadura militar brasileira.

Fragmentado e composto por uma série de vozes, *K.*, como chamaremos o relato, pode ser considerado um documento testemunhal cheio de dor e de beleza para uma busca impossível de um pai, que perdeu a filha para a violência de um Estado opressor, e que ainda em 2024, nos

assombra com sua política de violência institucionalizada, e como já sabemos, com recorrentes tentativas de atualização de golpes².

Podemos levantar uma alusão, sem pretender uma análise comparativa, ao protagonista Josef K. em *O Processo* de Kafka, que é engolido por uma espiral burocrática que o acusa de um crime que o mesmo desconhece (KAFKA, 1997). A alusão não se encontra apenas no nome de *K.*, contida nas duas obras, mas nas pistas, testemunhas, caminhos sem chegadas.

A escolha, portanto, é olhar para a história como o anjo de Paul Klee³, relido por Benjamin, a olha. O chamado progresso tem um preço alto e continua a assassinar vidas. Portanto, olhemos para o passado através da busca desse pai, que em seu desespero precisa lidar com a sensação de culpa, acreditar em pessoas mal intencionadas ou em quaisquer resquícios que possam indicar o paradeiro da filha.

Como pensar em um luto infinito que não encontra respostas e é impedido, no mínimo, de ter um corpo, um objeto para realizar o ritual pós-morte tão importante para o processo de enlutamento, como já nos alertara Freud? (FREUD, 2010). Também recorreremos à psicanálise para pensar a busca desse pai, tentando não cair no erro de colocar personagens literários no divã, mas de utilizá-la como um instrumento para pensarmos a impossibilidade do luto e a questão do trauma.

Para começar, iremos trazer algumas perspectivas sobre o testemunho, principalmente a partir de algumas leituras de Márcio Seligmann-Silva. Buscaremos mostrar como a maioria dos testemunhos surgem a partir da necessidade de contar ou de simbolizar eventos traumáticos vivenciados e que, muitas vezes, trazem um corte, quase uma impossibilidade de narrativa. Como Primo Levi escreveu em *É isto um homem?*, seria necessário um novo tipo de vocabulário para descrever os acontecimentos da Shoah.⁴ (LEVI, 1988).

² Lembremos, por exemplo, do dia 8 de janeiro de 2023, quando a democracia brasileira sofreu mais um ataque, quando eleitores de Jair Bolsonaro invadiram e quebraram o Congresso Nacional, com anuência de forças militares, após Bolsonaro perder as eleições para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

³ Paul Klee (1879-1940) foi um pintor suíço, naturalizado alemão, considerado um dos artistas mais originais do movimento expressionista do início do século XX.

⁴ A palavra holocausto tem origem grega ('holókauston') e conotação bíblica, significa "sacrifício em que a vítima é queimada viva", ou "sacrifício pelo fogo". A palavra holocausto é considerada inapropriada e ela adquiriu na historiografia e na literatura o sentido histórico expresso por Shoah.

Pensaremos o testemunho e a discussão sobre as diferenças dos estudos sobre o tema na Europa e na América Latina. Para Seligmann-Silva, enquanto na Europa, a primazia dos estudos sobre o testemunho se encaminhou para as discussões subjetivas e psicanalíticas, a maioria dos testemunhos latino-americanos sempre buscaram a justiça coletiva como fim. (SELIGMANN-SILVA, 2018). Iremos explorar um pouco esta diferença exposta pelo pesquisador, mas na análise que conduziremos de *K.: Relato de uma Busca*, entendemos que essas duas abordagens não são excludentes e podem somar forças na leitura de obras testemunhais. Uma justificativa para esta escolha é que no próprio relato de Bernardo Kucinski há uma espécie de ponte entre a história passada deste pai e de sua família - que sofreu perseguições na Polônia durante a ascensão do nazismo - e do que se passou com sua filha no regime militar brasileiro.

Ainda sobre a questão testemunhal, vamos trazer a discussão sobre as fronteiras entre literatura e história, a partir de textos do Márcio Seligmann-Silva e de leituras sobre as *Teses sobre o conceito de história, O narrador e A imagem de Proust* de Walter Benjamin. Também sobre esta questão, recorreremos a algumas leituras de Benjamin realizadas por Jeanne Marie Gagnebin.

No que cabe aos conceitos psicanalíticos para pensarmos a questão do trauma e do processo de enlutamento, desenvolveremos uma discussão sobre os textos *Luto e Melancolia, Considerações atuais sobre a guerra e a morte, O Infamiliar, Psicologia das massas e análise do Eu e O Mal-estar na Civilização*, de Sigmund Freud, e traremos, a partir dos trabalhos de Maria Rita Kehl e Luis Kancyper, dimensões sobre a noção de ressentimento e como este pode ou não operar na literatura de testemunho.

A partir do relato de *K.*, podemos dizer que o eixo central que conduzirá a análise da obra será a questão da impossibilidade do luto e do limite do testemunho. Ao percorrer a sua busca impossível pela filha desaparecida, o pai nos mostra que talvez o seu testemunho seja tudo o que pôde restar deste processo. Talvez um testemunho apenas de suposições, já que a voz predominante do livro é a de um terceiro, o pai, que tenta reconstruir um mosaico de fragmentos de memórias e ações.

K.: Relato de uma Busca foi lançado em 2011, e é ficcionalmente baseado na história real da irmã de Bernardo Kucinski, professora de Química na Universidade de São Paulo, que

desapareceu nas mãos de militares, ao lado do marido, em 1974. Para contextualizar o período em que se passa a história, escolhemos abordar o golpe de 1964, o período da ditadura brasileira, seus desenlaces e sua continuidade principalmente a partir do recente trabalho jornalístico de Fabio Victor, *Poder Camuflado - Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro* e do livro de ensaios *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle.

É possível dizer que a ditadura brasileira teve um fim? Como já apresentado, ainda vivemos em um período em que possibilidades de golpes de estado aparecem e desaparecem ao longo dos nossos dias sob as mais diversas facetas. Se em outros países da América Latina, houve uma comissão e julgamentos dos militares e pessoas que cometeram violências, assassinatos e torturas durante ditaduras, no Brasil nunca houve uma reparação, e para usar as palavras da Maria Rita Kehl, nunca houve justiça. (KEHL, 2024).

Apesar dos esforços do colegiado da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁵, instalada em 2012, os crimes e violações de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira não foram julgados, e além disso, seguiram perdoados pela Lei da Anistia de 1979. Portanto, ao invés de falarmos sobre o fim da ditadura, escolhemos o termo “saída conciliatória” para caracterizar a transição democrática do Brasil. Obviamente não se trata de cair no erro de confundir nossa frágil democracia atual com a ditadura, mas de olhar para o quanto o autoritarismo ainda impede nosso sistema político de buscar novas formas de avançar.

Ainda deveria nos causar espanto que militares foram homenageados com nomes de rodovias, viadutos, museus, e em falas de políticos da extrema-direita atual, que perduraram - e alguns ainda perduram - por anos em nosso país. Relatos como o de Bernardo Kucinski, dentre tantas outras manifestações, também servem como uma tentativa de reparação e de resistência contra esta barbárie. Através das fendas da palavra que constitui os testemunhos, busca-se mostrar como o próprio evento traumático molda as formas de se escrever e pode constituir-se fundamentalmente como uma ação política, na definição aberta do termo. Os testemunhos, mais do que um gênero literário, atravessa todas as definições e cercas que tentam moldar suas características, para construir uma possibilidade de presente.

⁵ A Comissão Nacional da Verdade - CNV foi instituída pela lei n. 12.528/11 e buscou apurar graves violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 a 1988.

Além destas autoras e autores, tentaremos, sempre que possível, trazer algumas destas manifestações de artistas e intelectuais, como Franklin Leopoldo e Silva, Beatriz Sarlo, Irene Cardoso e outros, que dialogam com este movimento de “puxar o freio de mão”, na imagem de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1987), para que a locomotiva da história e do “progresso” nunca esqueça das sombras de seu passado manchado de sangue.

1. CAPÍTULO 1 - TRAUMA E TESTEMUNHO

1.1 Memória e o lugar do testemunho: algumas perspectivas

*Fales também tu
fales como a última,
proferias teu dito.*

*Fales -
Mas não separe o Não do Sim
Dê ao teu dito também o sentido:
dê sombra a ele[...]*

Paul Celan

Para pensarmos o testemunho, talvez seja necessário também olharmos para o lugar da diferença. Ele pode ser, justamente, um lugar para esta operar. Se concebemos este tipo de texto como uma narrativa fragmentada que carrega consigo uma fenda em que, muitas vezes, é possível ouvir o outro lado da história - o grito dos “vencidos”, então o diálogo com o diverso é um caminho necessário.

Márcio Seligmann-Silva no seu livro *O Local da Diferença*, traz uma série de textos que tratam da questão do testemunho, sob mais de uma perspectiva. Sobre a questão da diferença, ele escreve na apresentação do livro que, “ser inimigo da diferença ainda implica querer aniquilar ‘o outro’. Isso sem dúvidas corresponde a um dado estrutural da humanidade.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 9). Se olharmos para a história como a história da barbárie - nos termos de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1987), o testemunho como é apresentado por Seligmann-Silva, mostra-se como um espaço de resistência para que “o outro” possa, de alguma forma, continuar a existir⁶. “Benjamin vislumbra, portanto, uma possibilidade - uma necessidade - de leitura do teor testemunhal das obras da cultura/barbárie.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 23). É a partir da escavação de ruínas subjetivas e sociais que aquele que escreve pode buscar imprimir a sua voz. Mais adiante iremos nos deter mais especificamente

⁶ Homi K. Bhabha escreve que “a representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.” (BHABHA, 1998, p. 20-21).

sobre alguns textos de Walter Benjamin, mas por ora basta-nos ter em mente que a história da cultura humana é também a história da barbárie.

Seligmann-Silva pontua que o dialógico é necessário até para um trabalho de rememoração. “Essa memória absolutamente não-dialógica possui uma certeza tão inabalável quanto sua identidade (e superioridade) que produz uma revisão geral da história a partir de sua perspectiva.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 10). Ou seja, talvez seja necessário colocar em movimento dialético a questão da revisão da história quando pensamos a partir da noção da diferença e de quem está autorizado ou não a dar o seu relato. E mais, pensar em novo conceito de história que não esteja atrelado à noção de progresso atual. Podemos nos perguntar, progresso para quem? Não há como desvincularmos o testemunho da chamada arte da memória. O trabalho da memória, individual ou coletiva, está diretamente vinculada ao teor testemunhal das obras.

Na arte da memória tal como podemos presenciar na produção de inúmeros artistas contemporâneos, não podemos mais - como, de resto, já ocorria nas obras das vanguardas históricas - falar de “representação” da realidade ou de *mimesis* no sentido de cópia: a noção de testemunho permite uma leitura que mantém a complexidade da relação dessas obras com o “real”. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 24).

Como cada testemunho traz consigo uma certa “impossibilidade de narração” - uma sombra ou fenda - não há como analisarmos as obras deste campo como a antiga ideia aristotélica de representação da realidade. Para nossos objetivos não nos cabe nos aprofundarmos no percurso da *mimesis* desde a sua origem até os dias de hoje⁷. O que nos interessa no momento é olhar para a complexidade a que Seligmann-Silva se refere, que vem justamente desse jogo dialético com a realidade - com o vivido, e certa falta que este produz. Como lembramos com Primo Levi na introdução desta pesquisa, alguns acontecimentos não alcançam a nossa malha simbólica, ou seja, estamos lidando com acontecimentos para os quais

⁷ Para uma compreensão da noção clássica de *mimesis* em Aristóteles, indicamos a leitura do celebrado texto do filósofo grego: *Poética*. Sobre as mutações no conceito de representação, Silvina Rodrigues Lopes escreve que “se a literatura não perturbasse os limites da representação enquanto semelhança, se o pensamento e a poesia, que nasceram juntos no poema, como diz Blanchot, não fossem lugares de encontros imprevisíveis, de desvios, o mundo não poderia renascer e ficaria reduzido a cinzas, a fórmulas tornadas cinzas por não terem sido desviadas do hábito, que inexoravelmente as petrifica.” (LOPES, 2019, p. 19). Referência máxima nos estudos sobre *mimesis* no Brasil, Luiz Costa Lima expõe que “ao passo que a acepção tradicional supunha a relação entre um modelo e um produto a fazer, cujo aspecto se subordinava àquele, fosse de maneira imitativa, fosse emulativa, consideramos que a *mimesis* se atualiza pela combinação entre dois vetores contrários, a semelhança e a diferença [...]” (LIMA, 2012, p. 360).

não temos palavras. “[...] é o inenarrável que apenas pode ser apontado por um gestus; ele brota, irrompe como a lava que jorra de uma fenda.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 40). O excesso de realidade pode ultrapassar o indivíduo e a sua possibilidade de simbolização.

Regina Dalcastagnè no texto *Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência* escreve que a luta do escritor com a página em branco sempre estará de alguma forma presente no ato da escrita. E não é só sobre a luta no próprio ato de escrita, mas dessa luta em um certo momento histórico, em uma certa epistemologia.

As palavras jamais darão conta do vivido, como diz Gorz, então só resta ao escritor a tarefa de tentar aproximações e de insistir. Insistir ainda que o resultado seja inferior ao comprometido, ou imaginado, insistir mesmo que se sinta traída em suas emoções, em seus pensamentos. A frustração diante do que não se pode dizer talvez só não seja mais forte do que a necessidade de continuar tentando. (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 61).

Essa insistência, teimosia ou resistência de que fala Dalcastagnè está presente também nos relatos testemunhais que buscam exprimir o que as palavras não alcançam ou tentam tocar. “[...] reconhecer o indizível, enxergar seu brilho em meio à escuridão, já seria ampliar as possibilidades do que pode ser dito. Talvez resida aí grande parte da força da literatura. Nesse conflito permanente entre o autor e a palavra.” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 61). Encarar a assustadora página em branco - que te chama e te repele ao mesmo tempo - para colocar nela aquilo que nem sabemos muito bem o que é ou qual caminho irá tomar.

O leitor, por outro lado, fica impregnado por um paradoxal e aterrorizante excesso. Ao lermos, não podemos deixar de refletir sobre a humanidade e sobre os seus limites; sobre a ética e a maldade humana; sobre a morte e sobre a dor como realidades onipresentes e incontornáveis. Este tipo de escrita-leitura nasce de uma impossibilidade, mas também de uma necessidade de resistência.

No livro *A dor dorme com as palavras – a poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe*, de Mariana Camilo de Oliveira, a autora traz algumas reflexões sobre a noção de testemunho a partir da poesia de Celan. A pesquisadora encontra com Seligmann-Silva e escreve que “o testemunho se dá, aqui, na direção contrária a qualquer pretensão de dizer completamente. Trata-se, enfim, de um grito em silêncio.” (OLIVEIRA, 2011, p. 119). Para reescrever o passado, a autora fala sobre uma ética da representação, que não visa dar conta

de toda a história, mas de deixar as vozes de oprimidos virem à superfície com suas dores e fendas.

O lugar daquilo “que não pode ser dito” encontra morada no testemunho, e isso contempla o reconhecimento da existência do outro; do diferente. “Dar lugar ao indizível é manejar um espaço onde seja possível acolher o outro [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 127). Assim, a escrita, que não exclui o indizível, busca fazer laço com um terceiro que a sente em seu próprio corpo.

Franklin Leopoldo e Silva tem um texto chamado *A dimensão ética da palavra*, em que constrói alguns comentários sobre a palavra como função “produtora da integridade humana nos seus aspectos ético e histórico” a partir do filme *O carteiro e o poeta*. Silva escreve que:

Se é certo que a palavra se segue ao silêncio provocante do processo de transição das coisas às imagens, a nomeação destas imagens não é, no entanto, jamais apenas reiterativa: é sempre a instituição articulada de uma relação que a consciência pretendia desde o tempo do silêncio, como realização da posse transitória das coisas e de si mesmo almejada pelo discurso a partir da profundidade de sua pretensão ambígua de fixar na forma da significação o impacto primário da interiorização do mundo, da carga dos eventos que surpreende a subjetividade. (SILVA, 1996, p. 53).

Pretensão ambígua, pois, como enxergamos no testemunho, há sempre uma busca de construir uma ponte fraturada entre o que é vivido e o que é escrito. A passagem do silêncio emudecedor para a palavra, pelo menos no testemunho de cenas traumáticas, exige sempre o trabalho árduo de se haver com a página em branco, ou com o estranhamento, e não excluir a dimensão do indizível para que a história não se torne, nem só individualizada, nem banalizada. A palavra subverte a história. Como Franklin Leopoldo e Silva observa, há uma transgressão na negação do silêncio paralisante e do utilitarismo da palavra. “Neste processo de ressignificação, a palavra é muito mais do que instrumento: é o médium formador da visão do mundo, é o abandono da percepção cega e o achado da trama interna da linguagem que revela a negatividade do real e a positividade da utopia.” (SILVA, 1996, p. 54). Sonhar o passado através de outros mundos possíveis no presente. “A palavra é sustentada por aquilo que ela constantemente reitera: a integridade ética da fala que intervém no mundo.” (SILVA, 1996, p. 56).

Podemos lembrar também a famosa sentença de Adorno que afirmou que após Auschwitz seria um “ato bárbaro” escrever um poema⁸. Talvez o teor testemunhal de algumas

⁸ A frase surge em seu texto *Crítica cultural e sociedade* escrito em 1949.

obras contemporâneas, como o livro que analisaremos de Bernardo Kucinski, *K.: Relato de uma Busca*, sirva como uma das possíveis respostas a esta colocação. *K.* obviamente não se trata de um poema, mas a fenda que ele carrega, mostra este tipo de narrativa fragmentada que caracteriza os testemunhos. “Nesse sentido, podemos falar de uma necessária passagem para o poético na busca da apresentação dos eventos-limite.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 94). Bernardo Kucinski consegue trabalhar na construção de personagens – principalmente na figura de *K.* – que encaram de frente o abismo. Abismo de palavras; abismo de sentido.

A linguagem de obras da literatura de testemunho, cada uma com as suas particularidades, tende a mostrar aquilo que está de alguma forma recalcado. O evento traumático força a palavra e ela sai do seu campo ordinário, criando um novo tipo de escrita. Ela “encena o que está fora de cena; o obscuro⁹.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 95). Se formos olhar para o tempo e espaço da maioria destas narrativas, o primeiro apresenta-se como suspenso, ou seja, há uma certa quebra cronológica. Em vez de uma narrativa linear podemos testemunhar uma escrita com tempo e espaço fragmentados. “Nunca há uma transparência total; o resíduo, a diferença é que constitui a obra.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 106). Ao mergulhar no testemunho, o leitor costuma se deparar com uma sucessão de fragmentos cronológica e geograficamente desconectados¹⁰.

Pedro Penhavel, no texto *Leitura de Retrato calado, de Luiz Roberto Salinas Fortes: aproximações benjaminianas*, traz uma análise do testemunho de Salinas em *Retrato Calado*. O filósofo foi sobrevivente de sucessivas prisões e torturas durante a ditadura militar brasileira. Penhavel escreve que:

A “literatura de testemunho”, tradição na qual poderíamos incluir o livro de Salinas, pode ser entendida como um conjunto de obras literárias cujos autores tenham vivenciado ou presenciado os chamados – “eventos ou experiências-limite”: internação em campos de concentração nazistas ou nos *gulags* soviéticos, prisão e perseguição política por governos ditatoriais, tortura etc. (PENHAVAL, 2020, p.2)

⁹ Linda Hutcheon pontua que “o circo com vários picadeiros passa a ser a metáfora plurazida e paradoxal para um mundo descentralizado onde só existe ex-centricidade.” (HUTCHEON, 1991, p. 88).

¹⁰ Luiz Costa Lima escreve que “desde que a narrativa se desarticula, rompe-se a linearidade e, no interior da mesma frase, combinam-se vozes de interlocutores diversos ou de faixas temporais diferenciadas.” (LIMA, 2021, p. 18).

A “experiência-limite” que ele remete à história de Salinas, pode também ser atribuída à vivência de Ana Rosa Kucinski e de seu irmão, Bernardo, como aquele que relata. Penhavel ainda observa que “o livro de Salinas, cuja narrativa é por vezes entrecortada por relatos oníricos, transcrições de cartas ou reminiscências autobiográficas, deve ser entendido justamente a partir da percepção da inexistência de uma ‘língua pura’, e da necessidade de uma busca perene por certa ‘forma de dizer’”. (PENHAVEL, 2020, p.2). A fragmentação da narrativa em *K.*, a suspensão temporal e a diversidade de vozes que aparecem no relato corroboram com essa busca de uma nova forma de dizer. Acontecimentos que não podem ser apenas “comunicados”, mas que buscam o outro de uma nova maneira. Não em uma pretensa “língua pura”, mas em um novo entrecruzamento de acontecimentos rememorados e escritos. Franklin Leopoldo e Silva nos lembra mais uma vez que “a transitividade da *expressão* só se realiza quando a palavra *impressiona*, além ou aquém da inteligibilidade funcional do jogo da linguagem”. (SILVA, 1996, p. 57).

Penhavel traz à superfície as palavras do testemunho de Salinas, nas quais fica evidente que a escrita foi a única arma que restou ao filósofo para lidar com o sofrimento desumano que passou.

Eles [os torturadores] quase tinham conseguido me quebrar, restando-me agora, como único recurso, como último antídoto e contraveneno, a metralhadora de escrever, o alinhamento das palavras, o arado sobre a folha branca, a inscrição como resposta. É aqui, neste exato momento, que se trava a luta. Cada traço inscrito é um tiro, é um golpe, *il n'y a de bombe que le livre*, cada linha é lança, gume, faca que penetra na carne dura do inimigo vário. Plural... Hoje, a paisagem é outra, mas as grades, ainda as trago comigo, plantadas duramente na memória. Busco reencontrar o prazer do texto na prometedora primavera parisiense que vai brilhando com um sol forte em cima das pessoas. A cidade inteira possuída por espírito novo, ensaiando timidamente os primeiros passos de um novo ritmo que só parece esperar pelo momento adequado de explodir (FORTES, 1988, p. 102).

Irene Cardoso também escreve sobre o testemunho de Salinas e observa sobre o “trabalho insistente e doloroso que produz o pensamento e a fala sobre o que está calado”. (CARDOSO, 2001, p. 275). Cardoso ao trazer as palavras de Salinas para o primeiro plano em seu texto *Os silêncios da narrativa*, observa que “*Retrato calado* inscreve-se no difícil gênero das narrativas que problematizam a impossibilidade mesma de narrar a partir de situações extremas, na não garantida busca de uma compreensão, do que talvez, no limite, não seja comunicável [...]” (CARDOSO, 2001, p. 276).

Seligmann-Silva escreve que estar no tempo “pós-catástrofe”, significa habitar essas catástrofes (SELIGMANN-SILVA, 2018). De alguma forma, a memória de algum acontecimento traumático, como a ditadura brasileira, por exemplo, reaviva a catástrofe no tempo atual. E através dessa representação impossível, podemos de alguma maneira, não apenas lembrar dos mortos, mas mantê-los vivos. Diariamente, somos bombardeados por imagens de violências em nossos écrans, quase em uma espetacularização de imagens do terror, e cabe à arte da memória e do testemunho oferecer uma resistência à banalização da informação e da violência.

Mas não deixa de ser verdade que existe um limite tênue, difícil de ser percebido, entre a espetacularização da dor (que ocorre na indústria cultural a toda hora e nas obras de arte que apenas mimetizam a violência) e a sua apresentação crítica. Uma das principais tarefas do crítico atualmente é a de refletir sobre as obras de arte a partir desta fronteira. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 97).

A arte do testemunho não basta-se a si. É impossível pensar nas obras que carregam este teor a partir de uma perspectiva de arte pela arte. “A luta pela justiça nos tribunais, bem como no registro histórico, caminha paralela ao trabalho de luto/trauma das vítimas e da sociedade. O reconhecimento social da culpa ajuda a restabelecer o princípio de realidade e a capacidade de diferenciá-la da fantasia.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 71). Portanto, seria talvez impossível pensar o testemunho através de uma perspectiva a-histórica. Ele carrega em si o trauma das vítimas e escancara as fendas da memória. Toda obra que contém este caráter deve sempre, portanto, passar por uma historização.

Podemos talvez falar em uma ética do testemunho. Ética que despreza a indiferença política, e que muito mais do que um objetivo estético, apresenta em seu conteúdo e em sua forma gritos reprimidos de vítimas do chamado progresso. “Essa ética e estética da literatura de testemunho possui o corpo - a dor - como um dos seus alicerces.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 111). Pensar a ética do testemunho é de alguma forma olhar para o reconhecimento e respeito ao outro; ao diferente. Olhar para a dor e compartilhá-la de forma que esta não permaneça individualizada.

Assim, o testemunho se apresenta em mais de uma perspectiva e pode ser pensado através do processo de elaboração individual das vítimas e de seus próximos, e também como

processo de se fazer justiça de alguma maneira. Justiça que talvez se apresenta sempre de uma maneira coletiva¹¹.

Adentrando mais sobre a questão, Seligmann-Silva escreve que “o testemunho não deve ser confundido nem com o gênero autobiográfico nem com a historiografia - ele apresenta uma outra voz, um ‘canto (ou lamento) paralelo’, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 79). E é colhendo esses traços do passado, que as obras testemunhais, buscam uma reelaboração da história no tempo presente. É nesse jeito diferente de se relacionar com o passado, que buscam alguma forma de reparação. Se junto com a perspectiva de Walter Benjamin, podemos olhar para a história como trauma, é mergulhando nos próprios eventos traumáticos, que a literatura de testemunho busca extrair o conteúdo e a forma com que se apresenta. De certa maneira, ela consegue atravessar diversos gêneros (autobiográficos, jornalísticos, poemas, cartas, romances etc.) para compor um mosaico de memórias fragmentadas pelo atravessamento da realidade.

Em nosso percurso de pesquisa, justifica-se uma breve diferenciação das características das obras testemunhais na Europa, principalmente a partir do exemplo alemão, e do que veio a ser chamado de *testimonio*, na América Latina. Seligmann-Silva escreve que “antes de mais nada, os próprios eventos que estão na base dos discursos sobre o testemunho definem as características que cada um deles assume.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 82).

Na Alemanha, a psicanálise e a teoria da memória exercem uma primazia nos estudos sobre o testemunho, enquanto na América Latina, “[...] o testemunho é pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão no seu sentido de apresentação de vidas ‘exemplares’, da tradição da crônica e da reportagem.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 82).

Seligmann-Silva escreve que no âmbito germânico, os discursos testemunhais apresentam certas características principais: partem do evento da Shoah e da impossibilidade de comparação desta com outros eventos catastróficos; carregam uma espécie de narrativa impossível ao tentar comunicar as barbáries promovidas durante a Segunda Guerra Mundial; a

¹¹ Em outra perspectiva, Richard Rorty argumenta que “o vocabulário da autocriação é necessariamente privado, não compartilhado e impróprio para a argumentação. O vocabulário da justiça é necessariamente público e compartilhado – um meio para o intercâmbio argumentativo.” (RORTY, 2007, p. 17).

pessoa que testemunha é pensada a partir da noção freudiana de cena traumática ou da abordagem lacaniana do *real* como algo que não pode ser simbolizado; a literalização e fragmentação são características das obras testemunhais alemãs; a cena do testemunho serve tanto como documento para a história como para a justiça histórica; e, por fim, no contexto da língua germânica, até os anos 1990 costumava-se usar o termo “Holocaust-Literatur” ao invés de literatura de testemunho como gênero.¹²

[...] literalização e fragmentação são as duas características centrais (e apenas à primeira vista incompatíveis) do discurso testemunhal. Ele é ainda marcado por uma tensão entre oralidade e escrita. A literalização consiste na incapacidade de traduzir o vivido em imagens ou metáforas. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 85).

A fragmentação do testemunho, de certa forma, representa uma fotografia da própria psique cindida dos sobreviventes. E o que costura, como um grande fio mediador, as obras de testemunhos germânicos é a grande luz jogada sobre a Shoah.

Já na América Latina, surge a noção de um novo gênero literário: a literatura de *testimonio*. Este gênero literário foi construído nos países de língua espanhola no início dos anos de 1960. “Dentro de uma perspectiva de luta de classes assume-se esse gênero como o mais apto para ‘representar os esforços revolucionários’ dos oprimidos, como afirmou Alfredo Alzugarat.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 87). A ditadura militar chilena, a partir de 1973, também é resgatada como uma das responsáveis pelo estabelecimento deste gênero literário na América Latina.

Assim, o campo político e literário se amalgamam. “A literatura de *testimonio* antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro da história. Na qualidade de contra-história ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante da história oficial.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 89). A pessoa que testemunha tende a buscar a verdade dos fatos, “ao invés do acento na subjetividade e indizibilidade da vivência, destaca-se o ser ‘coletivo’ da testemunha.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 89).

O tom político dos testemunhos da América Latina tende a se distanciar das análises subjetivas das vivências de traumas, para adquirirem uma perspectiva mais coletiva de se

¹² (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 82-87).

registrar o passado e de procurar algum tipo de justiça. Busca-se a voz do subalterno, como uma voz coletiva.

Ao invés da poética da fragmentação ou da literalidade, enfatiza-se a fidelidade do *testimonio*. Esse gênero estabelece-se paradoxalmente como uma literatura antiestetizante e marcada pelas estratégias de apresentação do documento (histórico) e não tanto, como na literatura da Shoah, pela apresentação fragmentária e com ênfase na subjetividade. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 89).

Para Seligmann-Silva, a maioria dos testemunhos da América Latina são construídos a partir de uma escrita realista, além de prevalecer a cena do tribunal na procura de uma justiça coletiva. Por isso, a sua vinculação com os gêneros da crônica jornalística, reportagem, diário entre outros.

Se pensarmos no período do objeto literário que analisaremos neste trabalho, são inúmeras as obras que buscam revisitar a ditadura brasileira, e muitas delas partem de um trabalho de reportagem. Bernardo Kucinski, apesar de também ser jornalista, escolhe, no entanto, o lugar da literatura de testemunho para construir a sua obra.

Não nos cabe neste trabalho, enquadrar o testemunho de *K.: Relato de uma Busca* em apenas uma dessas duas perspectivas apresentadas – que consideramos não excludentes – levando em consideração que obviamente é uma obra brasileira. Entendemos que a abordagem da obra pode abarcar a questão subjetiva do trauma e dos conceitos psicanalíticos, ao mesmo tempo que, a partir desta tentativa de reelaboração do passado, pode buscar algum tipo de reparação tanto individual, quanto coletiva. A própria história familiar do personagem K. faz uma espécie de ponte – sem cair no erro de alguma tentativa de comparação - entre as barbáries cometidas na Europa com as violências perpetuadas pela ditadura brasileira. Também vale lembrar que os testemunhos conseguem atravessar e se utilizar de vários gêneros literários, não cabendo em apenas uma caixa ou definição estanque.

1.2 Literatura e história: um olhar benjaminiano

Depois de tempos de desastres e de grandes infelicidades; quando os povos fatigados começam a respirar. Então as imaginações, abaladas pelos espetáculos terríveis, pintam coisas desconhecidas para aqueles que não foram testemunhas.

Diderot

Como temos observado até aqui, a rememoração e, se possível, a reelaboração do passado, passam a ser tarefas que se encontram no cerne do testemunho. Então como pensarmos a relação da história e literatura neste cenário?

Walter Benjamin (1892-1940), talvez considerado o mais poeta entre os filósofos, construiu suas teses e textos a partir de um pensamento que podemos chamar de fronteiro. A fronteira como este espaço que é lugar e não-lugar ao mesmo tempo, e que borra as grades de campos de estudos que buscavam se firmar em sua era.

Contra um sistema de classificação estanque, Benjamin escreveu sobre a história, sobre a modernidade à luz de Baudelaire, sobre a narrativa e suas transformações, sobre as mudanças no sistema de produção da sociedade e como isso impactou o próprio jeito de se fazer arte na época. Enfim, um pensador que escolheu aceitar as contradições de seu tempo e pensar através e com elas.

No texto *A imagem de Proust*, Walter Benjamin escreve sobre os entrecruzamentos e reminiscências da memória através da obra e vida do escritor francês, onde para o filósofo “tudo excede a norma” (BENJAMIN, 1987, p. 36). Talvez se pudessemos encontrar alguma semelhança no caso de Bernardo Kucinski, é que em seu testemunho, o autor esgarça as malhas do simbólico e o seu relato é feito por um terceiro, o personagem K.. Benjamin pontua que “Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu.” (BENJAMIN, 1987, p. 37). Porém, ele ressalta que o importante para o autor que rememora, não são necessariamente os fatos vividos, mas o próprio tecido de rememoração. É nesse jogo de lembrança, esquecimento e imaginação que também o testemunho de K.: *Relato*

de uma Busca se constrói. “Cada manhã, ao acordarmos, em geral fracos e apenas semiconscientes, seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós.” (BENJAMIN, 1987, p. 37).

Ainda sobre a questão do processo de rememoração, Benjamin escreve que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.” (BENJAMIN, 1987, p. 37). Se para o filósofo “o leitor pode ser sacudido por pequenos sobressaltos”, a questão da memória do terror vivido por Ana Rosa Kucinski é reencenada em assombros pela rememoração de seu irmão, Bernardo, em uma escrita sem limites e interminável.

Em suas célebres *Teses sobre o conceito da história*, Benjamin traz a famosa imagem do quadro de Paul Klee para logo assumir qual a posição que ele está quando escreve sobre a história.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Olhar para a história, como a história da barbárie. “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Esta é a posição que o filósofo assume e a partir disso, escreve suas observações sobre a modernidade. Ter a posição de encarar o passado com coragem, talvez seja olhar para a história como um amontoado de ruínas e violências, que foram sistematicamente produzidas para justificar um suposto progresso da humanidade. E como em sua leitura de *Angelus Novus*, mesmo que tentemos adotar essa posição de não esquecermos o passado, algo nos impele para este futuro que traz consigo uma série de encobrimentos. Tentemos, ao menos, manter uma posição de olhar para e a partir das ruínas do passado.

Para Benjamin, o processo de rememoração não é uma tentativa de fixar a história. “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Reconhecer o passado no tempo presente, para não apenas evitar que algo caia no esquecimento, mas para que estes lampejos históricos possam ser reapresentados de novas maneiras. O filósofo continua em suas *Teses sobre o conceito da história*: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Se pensarmos em nossa frágil democracia e em nosso processo recente de descobertas de tentativas atuais de golpes de estado, esse momento de perigo nos assombra com um passado que se mantém encoberto e sem julgamento dos militares que cometeram crimes durante a ditadura brasileira. Talvez também seja tarefa do crítico literário, em diálogo com outras áreas, deter-se sobre esse passado que é tão atual. Passado que não é trazido à atualidade para ser revisto e reelaborado, mas que tende à repetição. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Benjamin fala sobre a empatia com o vencedor, e como esta, beneficia sempre os dominadores ou uma classe dominante (BENJAMIN, 1987). Em uma sociedade como a brasileira, em que sua base sempre foi - e ainda é - construída a partir de uma máquina de desigualdades e explorações, cabe aos artistas, trabalhadores, intelectuais e outras pessoas, manter os mortos vivos. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.” (BENJAMIN, 1987, p. 224). E continua:

O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Assim como no começo deste capítulo, é urgente que seja tomada uma posição ao se falar sobre a história - que é sempre uma luta em torno do registro do passado - para que o

assombro possa ser, de alguma forma, revertido em ações de reparações. Para que um novo conceito de história possa ser construído.

Irene Cardoso, no texto *História, memória e crítica do presente*, escreve sobre a problematização do conceito da história e sobre a interpretação e o modo de se trabalhar com o tempo. Ressalta um novo conceito de história que rompa com o tempo vazio e homogêneo na atualização de novos presentes.

Pode-se dizer que essa posição implica a explicitação de três aspectos importantes: o presente é o lugar temporal a partir do qual a reconstrução histórica é realizada; é também o lugar da construção da problematização que orienta a reconstrução histórica; esta não é o desenrolar contínuo dos acontecimentos na história. (CARDOSO, 2001, p. 15).

Contrariando o lugar comum de olhar para a história como um processo contínuo, esse novo movimento abre espaço para devires e revisitações necessárias se quisermos ter uma perspectiva de um futuro mais democrático. A partir da noção de “acontecimento histórico”, Cardoso fala sobre uma coexistência de temporalidades diversas em uma atualidade heterogênea. “Tal traço do acontecimento histórico permite pensar o passado, não como um estado do que já se deu, mas como algo que faz sentido num dar-se agora, num movimento de atualização, constituindo-se num campo de experiências possíveis para o pensamento e a interpretação.” (CARDOSO, 2001, p. 20).

Para Benjamin, falar sobre o passado é sempre falar sobre algo que nos escapa em sua totalidade. Falar sobre o passado é tocar em algo que traz consigo reminiscências e algo misterioso deste “estado de exceção” que se tornou regra na maioria das sociedades.

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso. (BENJAMIN, 1987, p. 222).

Não nos cabe neste trabalho trazer uma análise histórica do surgimento e desenlaces do materialismo histórico, a partir de Marx e de tantos outros que acreditaram em um processo

revolucionário das formas de produção. Interessa-nos aqui olhar para esses “ecos de vozes que emudeceram” e do apelo que eles nos fazem. É bem possível que não podemos falar em redenção ou em uma sociedade completamente redimida, mas ao menos buscar algum tipo de reparação para os que foram mortos em nome de algum tipo de progresso. Para Benjamin, somente uma humanidade redimida é capaz de citar seu passado, em cada um dos momentos. (BENJAMIN, 1987). A aposta que fazemos hoje é menos grandiosa: testemunhar o passado, como citamos, é uma forma de trazê-lo ao presente, carregando todas as suas fendas e falhas simbólicas. Talvez seja sempre impossível citar o passado em sua completude, mas é necessário buscarmos nos manter fora de um tempo vazio e homogêneo.

Para tentarmos responder à pergunta de como a literatura e a história dão as mãos para pensar o passado, talvez seja necessário voltarmos à noção de testemunho. Em outro texto chamado *O narrador*, Walter Benjamin escreve que “no final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável.” (BENJAMIN, 1987, p. 198).¹³

O trauma - que será tratado mais adiante a partir de Freud - de cenas violentas, torturas e crimes contra a humanidade, na maioria das vezes escapam ao campo do simbólico. O que os testemunhos nos mostram é que, mesmo mais “pobres” em suas experiências de comunicação, esses registros trazem consigo fragmentos e fendas que os constituem e que, também por isso, carregam a força desses acontecimentos violentos muito mais vivos do que se fosse possível transmiti-los em uma forma mais nítida e convencional.

Retomamos aqui o testemunho como uma forma de escritura do corpo. “Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Nessa bela imagem de Benjamin, em *O narrador*, fica claro como a partir de experiências em que o corpo humano é colocado em perigo, não há como narrar esses acontecimentos sem os tremores deste corpo exposto.

¹³ Luiz Costa Lima possui uma pequena passagem sobre a experiência de Paul Celan durante a Segunda Guerra Mundial em que escreve: “Mínimas, as palavras são mais eloquentes. Declaram o deserto interno latente à chaga do Holocausto.” (LIMA, 2012, p. 325).

Ainda neste texto, Benjamin afirma que “escrever um romance significa, na descrição de uma vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites.” (BENJAMIN, 1987, p. 201). Esta frase foi escrita em um contexto de análise entre as diferenças da narrativa épica antiga, do surgimento da noção de informação e do romance moderno, que não nos cabe detalhar neste momento. A frase, no entanto, corrobora com a experiência de levar a escrita às suas últimas consequências. Esgarçar a malha do simbólico para transmitir aquilo que, a princípio, é impossível de ser comunicável.

Sobre a arte da narrativa, Benjamin traz outra bela imagem que nos serve para continuarmos pensando o lugar do testemunho. “Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas.” (BENJAMIN, 1987, p. 204). A força da narrativa, ou do testemunho, está justamente em fazer abrir essas sementes e deixar jorrar as forças que foram germinadas a partir de experiências-limites. Escrever a partir da própria fratura, da própria fragilidade reconhecida, é escavar e buscar as sementes que ainda carregam a força de fazer algo florescer.

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias - assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens - visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso -, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. (BENJAMIN, p. 207-208, 1987).

Trazer essa forma de testemunho que enfrenta a morte - e, portanto, também a vida - é pensar na conservação das vozes dos que foram assassinados. Contar e recontar histórias serve para manter pessoas e povos existindo de alguma maneira.

Ainda para discutirmos a aproximação da história e da literatura, Jeanne Marie Gagnebin no livro *História e narração em Walter Benjamin*, traz algumas leituras do filósofo alemão para pensar a narrativa histórica.

Defini a questão que nos ocupa como a da importância da narração para a constituição do sujeito. Essa importância sempre foi reconhecida como a da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento. Essa empresa de

rememoração já determina, na aurora do pensamento grego, a tarefa do poeta e, mais tarde, a do historiador. (GAGNEBIN, 2013, p. 3).

O testemunho ao mesmo tempo que pode constituir parte de um sujeito, salva a memória do esquecimento. Jeanne Marie Gagnebin argumenta que a literatura e a história criam laços no cuidado com a memória. “Hoje ainda, literatura e história enraízam-se no cuidado com o lembrar, seja para tentar reconstruir um passado que nos escapa, seja para ‘resguardar alguma coisa da morte’ (Gide) dentro da nossa frágil existência humana.” (GAGNEBIN, 2013, p. 3).

Volta a nós a figura frágil da vida humana em meio a acontecimentos, que em muitos casos, não estão sob o controle dos sujeitos. O processo de contar histórias pode dar vida a esses corpos. Neste jogo paradoxal que envolve recolhimento, reparação, esquecimento e despedaçamento, o testemunho se apresenta como um poderoso instrumento artístico e histórico. Nele, história e literatura parecem borrar parte de suas fronteiras e juntar forças para manter o passado, por mais duro que seja, vivo, rerepresentado e, portanto, com potência para transformar o presente. “Ora, para Benjamin, é justamente aquilo que escapa à classificação que se torna indício de uma verdade possível da qual a ideia desenha o contorno enquanto totalidade redimida.” (GAGNEBIN, 2013, p. 13). Como já dissemos, não há uma ideia de redenção completa, ou uma ideia cristã de salvação, mas como Jeanne Marie Gagnebin continua no *História e narração em Walter Benjamin*:

A origem benjaminiana visa, portanto, mais que um projeto restaurativo ingênuo, ela é, sim, uma retomada do passado, mas ao mesmo tempo - e porque o passado enquanto passado só pode voltar numa não-identidade consigo mesmo - abertura para o futuro, inacabamento constitutivo. (GAGNEBIN, 2013, p. 14).

Essa abertura para o futuro, ao mesmo tempo que se olha para o passado, está justamente numa posição de olhar para o que vem a seguir, fora da ideia de progresso atual que segue propagando as violências institucionais do nosso passado. Ao olhar o passado como não-identico, temos a chance de transformar o presente. É no inacabamento que há a oportunidade de algo novo ser construído.

Em outro livro, chamado *Lembrar escrever esquecer*, Jeanne Marie Gagnebin segue ao lado de Walter Benjamin para pensar a memória e a escrita. Junto com a pesquisadora, podemos nos perguntar, o que ganhamos na rememoração? “Paradoxalmente, a consciência da

fragilidade essencial do rastro, da fragilidade essencial da memória e da fragilidade essencial da escrita.” (GAGNEBIN, 2009, p. 44). Fragilidade que pode ser vista, justamente, como a característica que dá potência para o sujeito e seus testemunhos.

A partir de Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin também aborda a questão da perda da experiência. “A perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração, que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade.” (GAGNEBIN, 2009, p. 50). Portanto, podemos pensar que essa perda da experiência faz surgir um novo tipo de texto fragmentado e não-transmissível em sua totalidade, que carrega um outro tipo de experiência: a violência.

As obras com este teor costumam não ter um objetivo estético baseado na harmonia e na lógica do discurso racional, como escreve a autora, “não se trata mais de ajudar, reconfortar ou consolar os homens pela edificação de uma beleza ilusória. Contra uma estética da interioridade, da harmonia, da suavidade e da graça, Benjamin defende as provocações e a sobriedade áspera das vanguardas.” (GAGNEBIN, 2009, p. 51). Provoações que podem nos tirar do lugar comum a partir da sua força testemunhal, fragmentações e abertura para outros devires.

Como veremos no testemunho em *K.*, de Bernardo Kucinski - sob a ótica de uma pessoa que busca recriar parte daquilo que “não viveu” - o relato do passado mantém viva uma memória individual e coletiva.

O narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo - principalmente - quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Na narrativa que analisaremos mais adiante, chegamos a conhecer os nomes de alguns mortos pelo Estado no período da ditadura brasileira, mas a construção da obra se dá justamente na busca e na construção de um sentido para um pai que procura incansavelmente uma filha desaparecida. Qualquer testemunho que olhe para os “vencidos”, carrega consigo uma ética. Seja o testemunho de sobreviventes que viveram a violência em seus corpos, seja o testemunho de terceiros que sofreram com a perda de seus próximos. Ao ouvir o outro, podemos dar a

liberdade para ele existir. E isso, como tentamos mostrar, não passa por uma ideia cristã de salvação ou de compaixão.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Sufrimento indizível, pois entre a palavra e o choque da realidade que se impõe às pessoas, sempre pode haver um abismo que o testemunho busca, mesmo em sua incompletude, transpor. Se podemos falar em um “objetivo” do testemunho, talvez seja esse: manter o sujeito vivo na história e reinventar o presente a partir da sua história individual e coletiva. Para usar a imagem de Gagnebin, é parte do nosso dever não irmos embora.

Voltando aos estudos de Márcio Seligmann-Silva, ele também utiliza os escritos de Benjamin para pensar o testemunho. No capítulo de *O local da diferença*, denominado *Walter Benjamin e a escritura do tempo*, Seligmann-Silva reflete sobre a impossibilidade de transmissão de certas experiências. “As imagens cunhadas ou estampadas pela luz do flash do terror têm a característica de serem não-simbólicas.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 134). Imagens que aparecem como lampejos na memória e na escrita testemunhal. A visão de uma linguagem clássica focada apenas na transmissão de informações entre pessoas não dá conta de narrar alguns acontecimentos.

Mas a língua só existe nesse estado fragmentário e a visão clássica que a vê como um instrumento transparente, ou a científica, que a descreve com os termos ‘o meio da comunicação é a palavra, o seu objeto o elemento material, o seu destinatário uma pessoa’, essas duas visões estão constantemente no alvo das suas críticas. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 131).

Quando falamos de imagens não-simbólicas a partir dessa crítica de Benjamin, falamos não da impossibilidade de escrevê-las - como várias manifestações artísticas contemporâneas podem mostrar - mas como elas são profundamente modificadas em suas formas a partir da presença desse abismo entre experiência e palavra. Para voltarmos à imagem da história como acúmulo de ruínas, esse tipo de escrita pode ser justamente visto como também uma camada de

ruína do passado, mas que ao invés de permanecer nos escombros, vêm à tona por alguma necessidade de resistência.

Seligmann-Silva nos lembra que o filósofo alemão “foi um potente teórico dos locais de passagem, de transição, dos umbrais e do despertar como uma soleira entre o estado de sonho e o da vigília.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 133). Ou seja, é a partir de uma posição fronteira e paradoxal que ele consegue olhar para a história como vimos até aqui.

O corpo volta ao lugar principal do palco, para a partir de suas vacilações e cicatrizes, contar uma história que não poderia ser contada, mas que irrompe de um sujeito que sobreviveu para contar ou de pessoas que vivenciaram o apagamento dos corpos de seus próximos.

Desse modo, Benjamin transfere para o campo da experiência histórica aquilo que a literatura - sobretudo em Proust - já havia sido descrito: o fenômeno da memória involuntária como um constructo complexo de imagens e palavras que se articulam em uma escritura cujo suporte é o nosso corpo como um todo e não uma abstrata “mente”. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 134).

Na perspectiva que trazemos aqui, não há como a escrita não ser realizada por mãos trêmulas, por um corpo que, ao chocar-se com a crueldade do real, busca maneiras de sobreviver, nem que seja por meio do registro de sua memória fragmentada. “[...] esse procedimento de topografia do terror permanece central na arte da memória contemporânea - que, repito, está mais submetida aos mecanismos da melancolia do que ao da memória voluntária.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 138). Adiante, vamos buscar tratar da questão da melancolia através também de como o ressentimento pode ou não operar nos testemunhos, mas por enquanto, basta-nos a posição de um projeto político de lembrar os mortos que continuam a gritar.

1.3 Elaborar o passado: ressentimento e a impossibilidade do luto

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.*

Mário de Sá-Carneiro

Ao falarmos da tentativa de reelaborar o passado e como o testemunho pode servir como via irregular para expressar lacunas, fendas e dores, não temos como não nos determos por um momento na noção de trauma. O trauma ou cena traumática é, justamente, aquilo que nos ocorre, para além de nossas forças, e que foge à malha simbólica. A princípio, não é possível dizer o trauma.

Os conceitos da psicanálise desenvolvidos por Sigmund Freud podem nos ajudar nesta tarefa que já se mostra incompleta de partida, pois como sabemos hoje, os conceitos que escolhemos trabalhar, de certa forma, aparecem de forma contínua em todos os escritos do psicanalista austríaco e de outros autores e autoras da psicanálise. Assim, sempre que possível, escolhemos evitar o uso de palavras-conceitos como o Eu, o inconsciente, o Id, entre outros, que demandariam uma explicação mais detalhada e que não contribuiriam tanto para nossos objetivos de olhar para o lugar do trauma nos testemunhos.

Já na parte final de sua vida e obra, Freud - já mais cético em relação ao poder da ciência como alguma espécie de caminho para a redenção da humanidade - escreve em 1930 talvez o seu texto mais lido e comentado, *O mal-estar na civilização*¹⁴. O psicanalista faz um apanhado de alguns dos conceitos que desenvolveu ao longo dos anos para pensar, se assim o podemos sintetizar, a questão da felicidade na cultura.

Como tema que percorre este escrito, Freud traz à tona a eterna batalha entre Eros e Tanatos – ou vida e morte – como uma forma de pensar o processo civilizatório e a questão do mal na sociedade. Contrariando a tese do “bom selvagem” de Rousseau, o autor escreve que a tendência de agressão do ser humano diz algo sobre os instintos mais primevos e constitutivos do sujeito, e que esta tendência é considerada pelo autor como o maior obstáculo à civilização.

O processo civilizatório seria, portanto, uma tentativa de domar estes instintos de agressão e destruição dos sujeitos, como uma forma de conquistar uma vida junto aos outros.

¹⁴ Como a referência que usamos foram as *Obras Completas*, da Companhia das Letras, mantivemos essa tradução. Há outras traduções e autores que defendem o título “O mal-estar na cultura”, ao considerarem o termo “cultura” mais apropriado e mais abrangente que “civilização”.

Mas como já pontuamos, Freud já doente e com a experiência de ter vivido em tempos de guerra não consegue adotar uma visão muito positiva nesta tentativa.

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. (FREUD, 2010, p. 21).

Se não nos é possível escapar do sofrimento, talvez através do trabalho do testemunho, por exemplo, há a possibilidade, não apenas de registro, como de reinvenção mesmo do passado sombrio em um presente com frestas de esperança ao menos para alguns. “Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo.” (FREUD, 2010, p. 38). O que nos faz pensar em quando a força bruta que atinge os sujeitos parte, justamente, do Estado, ou seja, daquele que a princípio detém o monopólio das forças de repressão e que seria responsável por alguma espécie de “ordem”. Nos faz pensar no quanto a violência está institucionalizada e atinge quase sempre as mesmas camadas da população.

Freud escreve que dependendo das condições, o ser humano pode se portar de forma animalésca e dar vazão a instintos que deveriam se manter reprimidos pela cultura. A força da razão se submete ao poder de paixões movidas por instintos.

Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente a inibem estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie. Quem chamar à lembrança os horrores da migração dos povos, das invasões dos hunos, dos mongóis de Gengis Khan e Tamerlão, da conquista de Jerusalém pelos piedosos cruzados, e ainda as atrocidades da recente Guerra Mundial, terá de se curvar humildemente à verdade dessa concepção. (FREUD, 2010, p. 49-50).

Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud começa a tatear o entrelaçamento entre o que podemos chamar de psicologia individual e psicologia coletiva a partir da concepção de massas de Le Bon. Sigmund Freud observa “que na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos instintivos inconscientes.” (FREUD, 2011, p. 15). Ao estar no meio da massa, então o sujeito tem a possibilidade de liberar todos os seus instintos mais primevos. Há um esvaecer da consciência moral ou da responsabilidade nessas circunstâncias, como pontua o psicanalista. Freud fala

sobre uma espécie de contágio coletivo que direcionam atos e ações, em que muitos casos, o sujeito não os faria se estivesse sozinho. A pessoa passa, portanto, a estar muito mais aberta ao discurso de um líder, por exemplo, em nome de um objetivo maior a ser alcançado.

Partimos do fato fundamental de que o indivíduo no interior de uma massa experimental, por influência dela, uma mudança frequentemente profunda de sua atividade anímica. Sua afetividade é extraordinariamente intensificada, sua capacidade intelectual claramente diminuída, ambos os processos apontando, não há dúvida, para um nivelamento com os outros indivíduos da massa; resultado que só pode ser atingido pela supressão das inibições instintivas próprias de cada indivíduo e pela renúncia às peculiares configurações de suas tendências. (FREUD, 2011, p. 29).

Há um déficit do chamado “medo social” que compõe o processo civilizatório. Se pensarmos, por exemplo, no velho e presente álibi de luta contra a “ameaça comunista”, já se tem um objetivo comum a ser buscado pelos militares e seus apoiadores. A culpa, a consciência e a responsabilidade tornam-se menores ou suspendidas.

As dinâmicas sobre a internalização da culpa no processo civilizatório – que também tem um grande destaque nos textos de Freud – será abordada mais para frente quando nos depararmos com este sentimento em *K.: Relato de uma Busca*. Por ora, para partimos aos outros textos do psicanalista, transcrevemos a parte final de *O mal-estar na civilização*, que nos espanta com a sua atualidade.

A meu ver, a questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos de agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí, em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. Cabe agora esperar que a outra das duas “potências celestiais”, o eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace? (FREUD, 2010, p. 79).

Mesmo nos dias de hoje, essas duas potências ainda estão em uma eterna batalha nos indivíduos e na sociedade. Não conseguimos ter a resposta de quem ganhará essa luta, apenas podemos pontuar que o testemunho é uma via para qual tanto Eros como Tanatos podem estar presentes de uma maneira que busca, através dessa ambiguidade, não o aniquilamento do outro, mas a sua escuta.

Imerso nas violências e consequências da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918), Freud escreveu alguns de seus célebres textos que pensam o trauma, a morte e o mal. Portanto, a noção de trauma na psicanálise está diretamente vinculada a este contexto histórico de usurpação de direitos humanos e da sangrenta guerra nas trincheiras.

Luto e Melancolia, escrito em 1915 e publicado em 1917, traz uma importante contribuição para pensarmos a noção de perda. Freud faz uma elucidação da melancolia, a partir da comparação com o que ele chama de “afeto normal do luto” (FREUD, 2010). Como na grande maioria de seus escritos, o psicanalista deixa sempre em evidência que não pretende esgotar o tema, mas que busca trazer contribuições a partir de suas observações clínicas.

Assim, ao falar sobre melancolia, Freud começa o texto dizendo que este estado pode apresentar diferentes formas, impossíveis de serem classificadas em apenas uma unidade, e a partir da comparação com o luto traz algumas observações que podem nos ajudar a pensar o trauma.

Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc. Sob as mesmas influências observamos, em algumas pessoas, melancolia em vez de luto, e por isso suspeitamos que nelas exista uma predisposição patológica. (FREUD, 2010, p.128).

Podemos comentar a partir deste trecho, que o autor parte de uma perspectiva de qual seria o caminho “normal” a ser percorrido no processo de luto, e de como em alguns sujeitos esse caminho sofre uma espécie de desvio para o que ele nomeia de melancolia. Freud continua:

A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição. (FREUD, 2010, p.128).

O psicanalista destaca que uma característica que distingue o luto da melancolia é o rebaixamento da autoestima no sujeito, onde a partir da perda de uma pessoa, ideal ou qualquer objeto amoroso, o sujeito deixa de investir em outro objeto e passa a recriminar-se pela perda. A pessoa acometida pela melancolia apresenta uma perda de interesse no mundo externo, assim

como no luto, só que de maneira um pouco diferente. Se no luto parece-nos que a perda da pessoa amada, por exemplo, ganha certo laço com a realidade - de que aquele objeto amoroso não estará mais presente - na melancolia, parece que este “objeto perdido” é de certa forma borrado. Não se tem muita clareza do que se perdeu.

Se o processo de luto busca uma consumação para que a pessoa se veja livre novamente para buscar outros objetos de desejo, na melancolia há uma espécie de introjeção da perda e “o objeto perdido se prolonga na psique” de uma forma que a pessoa não consegue se desvencilhar dele.

Achamos importante pontuar que a diferença trazida por Freud entre o luto e a melancolia não está vinculada a uma questão de tempo. Seria um erro determinar um tempo ideal para encerramento do processo de luto, como nossa sociedade atual, baseada na velocidade e no consumismo desenfreado de coisas e pessoas, tenta constantemente determinar. O que buscamos esclarecer é que enquanto no luto o objeto perdido tem seus contornos bem delimitados e encontra com a verdade da morte na realidade; na melancolia, o objeto ausente é introjetado pela pessoa, portanto, não há a confrontação com a realidade da morte, e o sujeito passa a recriminar-se. “O melancólico ainda nos apresenta uma coisa que falta no luto: um extraordinário rebaixamento da autoestima, um enorme empobrecimento do Eu. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu.” (FREUD, 2010, p.130).

Freud fala de uma espécie de revolta pelo objeto de amor perdido que contagia o sujeito e volta-se contra a própria pessoa. Não há um rompimento lento e gradual, como no processo de luto, com o que se perdeu. “No melancólico talvez possamos destacar um traço oposto, uma insistente comunicabilidade que acha satisfação no desnudamento de si próprio.” (FREUD, 2010, p.131).

Com o objeto perdido introjetado, há uma perda ou enfraquecimento do laço com a realidade e, para voltarmos a pensar na questão do testemunho, - que busca, com seus erros e solavancos, tocar sempre algum resquício de realidade - ocorre uma perda de investimentos nas palavras que pode recriar laços com outras pessoas. O choque da realidade que o testemunho pode trazer à superfície tem a capacidade de talvez redimir a melancolia. Como em um processo de análise, a palavra alcança um terceiro, que depois de muito se repetir, encontra novos

caminhos no mundo concreto das coisas. O testemunho, como o pensamos aqui, pode dar um destino à cena traumática.

Em outro escrito, publicado em 1915, nomeado *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, Freud traz algumas observações que também nos cabem para pensarmos o lugar do testemunho, em um contexto de suspensão dos direitos humanos e assassinatos durante a Primeira Guerra Mundial. Lembramos que normalmente a noção de teor testemunhal das obras aparece nas narrativas após a Shoah na Segunda Guerra Mundial, mas consideramos que este texto de Freud pode contribuir para a discussão principalmente ao tocar naquilo que desestrutura o sujeito, e conseqüentemente a sua capacidade de simbolização, durante períodos de exceção e do horror da guerra. O autor começa o texto dizendo como estes períodos abalam a capacidade de elaboração.

Apanhados no torvelinho desse tempo de guerra, informados de maneira unilateral, sem distanciamento das grandes mudanças que já ocorreram ou estão para ocorrer e sem noção do futuro que se configura, ficamos nós mesmos perdidos quanto ao significado das impressões que se abalam sobre nós e quanto ao valor dos julgamentos que formamos. (FREUD, 2010, p.157).

Freud diz sobre uma “intensidade desmedida” que os tempos de guerras e exceções trazem para os sujeitos que se deparam com a realidade através do que há de pior na humanidade. Estados de exceção, que como vimos em Benjamin, se tornaram não mais “exceção”, mas a regra atualmente (BENJAMIN, 1987). “Ainda hoje, aquilo que nossos filhos aprendem na escola sob o nome de História Universal é, na essência, uma longa série de matanças de povos.” (FREUD, 2010, p.174). O testemunho busca a coragem de olhar para essa história de frente, e carregar todas as suas ruínas através de palavras que podem vacilar, mas que buscam o outro.

Os povos são mais ou menos representados pelos Estados que formam; esses Estados, pelos governos que os conduzem. O cidadão individual pode verificar com horror, nessa guerra, o que eventualmente já lhe ocorria em tempo de paz: que o Estado proíbe ao indivíduo a prática da injustiça, não porque deseje acabar com ela, mas sim monopolizá-la, como fez com o sal e o tabaco. O Estado beligerante se permite qualquer injustiça, qualquer violência que traria desonra ao indivíduo. (FREUD, 2010, p.161).

O psicanalista austríaco já escreveu naquele tempo que “as guerras não podem acabar enquanto os povos viverem em condições tão diferentes, enquanto divergirem de tal modo no

valor que atribuem à vida individual, e enquanto os ódios que os dividem representarem forças psíquicas tão intensas.” (FREUD, 2010, p.158). A guerra, e podemos falar também das ditaduras, trazem desilusões e revoltas. “Ela transgride todos os limites que nos impusemos em tempos de paz, que havíamos chamado de Direito Internacional, não reconhece as prerrogativas dos feridos e dos médicos, a distinção entre a parte pacífica e a parte lutadora da população, nem os direitos de propriedade. (FREUD, 2010, p.160). Talvez seja impossível ler este trecho sem lembrar do genocídio que acontece há anos e se intensificou atualmente em Gaza.

Freud escreve que quando há uma suspensão da recriminação em uma sociedade, este estado abre espaço para que atos de crueldade possam ser feitos pelos sujeitos. Como se os instintos mais primitivos pudessem aflorar e ir de encontro ao outro; ao diferente.

[...] impulsos instintuais não são bons nem maus em si. Nós os classificamos dessa forma, a eles e a suas manifestações, conforme sua relação com as necessidades e exigências da sociedade humana. Há que admitir que todos os impulsos que a comunidade profbe como sendo maus — tomemos como representativos os egoístas e os cruéis — estão entre os primitivos. (FREUD, 2010, p.163).

Mesmo em uma sociedade dita “civilizada”, atos violentos podem vir à superfície. Para o autor, o primitivo é sempre imperecível. “Portanto, argumentos lógicos são impotentes em face de interesses afetivos, e por isso a disputa com argumentos, que na frase de Falstaff são abundantes como as amoras, é tão infrutífera no mundo dos interesses.” (FREUD, 2010, p.169). Os testemunhos, em sua maioria, não estão em busca de argumentos e, por isso, se mostram mais frutíferos para narrar o horror do que uma escrita baseada em uma espécie de comunicabilidade límpida.

O Estado costuma colocar seus interesses em primeiro plano para justificar os atos mais baixos e violentos contra os sujeitos. Lembremos rapidamente do “desfecho” do assassinato de Marielle Franco, que mostra que o Estado brasileiro, continua a ser um Estado assassino. Seja na banalidade de se apagar o outro que vai de encontro contra o interesse de certas elites, seja na matança diária de jovens nas periferias das cidades brasileiras.

Essa postura cultural-convencional diante da morte é complementada pelo total colapso que sofremos quando morre alguém que nos é próximo, um genitor ou cônjuge, um irmão, filho ou amigo precioso. Enterramos com ele todas as nossas esperanças, ambições, alegrias, ficamos inconsoláveis e nos

recusam os a substituir aquele que perdemos. Nós nos comportamos como os asra, que morrem, quando morrem aqueles que amam. (FREUD, 2010, p.172).

A partir do choque com a realidade cruel e inevitável, buscam-se as mais variadas saídas. Alguns conseguem elaborar os acontecimentos, outros podem cair em um estado mais melancólico. A aposta que fazemos aqui é que o testemunho e o poder da escrita podem ser, não só registros da história, como um trabalho de reinvenção do presente. A ética da representação ou da memória que trouxemos para nosso percurso diz, justamente, isto. “Junto ao corpo da pessoa amada surgiram não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte da consciência de culpa humana, mas também os primeiros mandamentos éticos.” (FREUD, 2010, p.177). É a partir dos horrores da Primeira Guerra Mundial, que Freud consegue de alguma maneira sintetizar perspectivas que mostram o poder de desumanização desse tipo de conflito. Aqui fazemos a aposta que o testemunho caminha em um caminho tortuoso que busca, justamente, abarcar a diferença, sem o aniquilamento do outro. Por isso, recorremos a este texto do psicanalista, mesmo tendo em mente que a noção de testemunho apareceria só anos depois de sua publicação.

Para voltarmos a olhar para a melancolia, agora em uma perspectiva mais política, vamos tentar aproximá-la de um outro conceito usado em diversos campos de estudos: o ressentimento.

A psicanalista Maria Rita Kehl, em seu livro denominado justamente *Ressentimento*, traz este conceito sob diversas perspectivas: literárias, clínicas, políticas, entre outras. Nos agradecimentos do livro, ela sentencia que “o ressentimento não é um conceito da psicanálise.” (KEHL, 2020). Mesmo não sendo um conceito engendrado no seio psicanalítico, é um poderoso instrumento para pensarmos tanto a clínica como a política. O ressentimento “é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de esquecer ou superar um agravo.” (KEHL, 2020, p. 9). Aqui talvez o luto e a melancolia encontram a noção de trauma.

O psicanalista argentino, Luis Kancyper, no seu livro *Ressentimento terminável e interminável*, nos lembra que “o sujeito capturado pela memória do pavor é um mnemonista implacável.” (KANCYPER, 2018, p. 189).

O ressentimento coloca-se, portanto, como um afeto que está vinculado a um trauma passado. O sujeito do ressentimento, nas palavras de Maria Rita Kehl, não apenas é incapaz de esquecer um acontecimento, como está sempre em uma posição de vítima que, imaginariamente, constrói sua vingança sem nunca a consumir. “O vingativo que não se vinga, que espera ser ressarcido pela justiça divina sem se implicar com seu desejo de vingança, se condena ao ressentimento.” (KEHL, 2020, p. 17). A psicanalista continua:

Desprovidos de qualquer implicação subjetiva em relação ao mal e à abjeção, reduzidos à condição de coisa, vítimas absolutas do arbítrio do Outro, os homens deixam-se abater passivamente, sem lançar mão do último recurso que distingue o humano do animal: a capacidade de escolher a própria morte. (KEHL, 2020, p. 13).

Talvez a característica que se sobressaia no sujeito do ressentimento seja, justamente, a falta de implicação e responsabilização necessárias para realocar o desejo no mundo concreto das coisas.

Maria Rita Kehl nos lembra que para construir a sua pesquisa sobre o tema, precisou, por falta de uma bibliografia específica, lançar mão de textos de diversos autores e campos de estudos que de alguma maneira chegaram a tocar na noção de ressentimento. Um dos únicos autores que chegou a nomear o ressentimento na antiguidade foi Nietzsche. “O ressentido, escreve Nietzsche, sofre de uma memória reiterada, de um impedimento a esquecer. O que ele não pode esquecer? O agravo. Por isso, não pode entregar-se ao fluxo da vida presente. Em Nietzsche, a memória é uma doença.” (KEHL, 2020, p. 21).

Assumimos uma posição diferente do filósofo em relação à memória. Como argumentamos até aqui, o processo de rememoração pela palavra não significa “estar preso no passado”, mas tocar suas feridas abertas para que não haja repetições e que o presente possa ser reestruturado a partir de novas perspectivas que buscam algum tipo de reparação.

Maria Rita Kehl nos traz outro pesquisador para pensarmos a questão da memória. “O trabalho da ou sobre a memória não deve se confundir com o que Todorov chamou de ‘abusos da memória’, a fixação doentia ao passado que alimenta o ressentimento.” (KEHL, 2020, p. 180). Assim, talvez podemos falar de que o “abuso da memória” seja a prisão da melancolia, em que o sujeito enfraquecido se volta somente para a recriminação de si e não encontra forças para se responsabilizar por suas escolhas e nomear os possíveis culpados.

A psicanalista, porém, faz uma distinção do lugar do ressentimento em períodos de exceção. “Morrer, ou deixar-se matar, é a afirmação extrema de insubmissão sob regimes totalitários – nessas condições seria leviandade incluir certos casos de suicídio sob a rubrica da melancolia.” (KEHL, 2020, p. 13). Lembremos aqui de casos como o de Primo Levi – que no início acreditava no poder de uma escrita positivista da história como salvação – e de Paul Celan. Os dois viveram, de alguma maneira, os horrores da perseguição nazista durante a Segunda Guerra Mundial e encontraram o mesmo fim no suicídio.¹⁵

Transcrevemos abaixo um trecho que Maria Rita Kehl encontra com Jeanne Marie Gagnebin para pensar o trabalho da memória neste contexto.

Existe, portanto, um trabalho da memória que é fundamental para a superação dos traumas individuais e coletivos. Trabalho implica transformação de uma coisa em outra; trabalhar a memória é transformar seus resíduos, de modo que eles se incorporem aos termos da vida presente sem que precisem ser recalçados. É o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, o desligamento das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática. O ponto fundamental no texto de Gagnebin é a impossibilidade desse trabalho ser feito apenas por aqueles que passaram pelo trauma; ele requer o testemunho de um terceiro, o endereçamento à escuta de alguém de “fora”. O terceiro institui o campo simbólico a partir do qual a narrativa pode se abrir para novas significações, rompendo o aprisionamento repetitivo da cena traumática. (KEHL, 2020, p. 178-179).

O trabalho do trauma envolve, portanto, uma busca de transmitir o impossível. A escrita de testemunhos, seja talvez uma escrita que não tem fim. Por exemplo, se pensarmos na ditadura brasileira, que nunca encontrou a sua real resolução e continua nos assombrando, faz sentido e é necessário que a memória e as narrativas sobre o tema continuem existindo. “Mas por que seria tão urgente se fazer ouvir? Para explicar a importância do outro na reconstrução da memória, fundamental na superação do trauma.” (KEHL, 2020, p. 178). É na busca por um terceiro que a narrativa do trauma nos testemunhos pode encontrar o seu terreno germinativo.

¹⁵ Mais uma vez recorremos aos estudos de Luiz Costa Lima sobre a relação dialógica entre representação e sentido. “[...] a passagem da ausência de sentido para o sentido (ou, esporadicamente, o contrário) não se efetua de modo automático, a não ser em casos bastante raros. Ou seja, que entre a admissão de um e a retificação do outro costuma haver um intervalo. A brecha que as separa pode ser breve ou longa. Se breve, pode deixar de ser indagada. Se longa, provoca a angústia que termina no suicídio [...]” (LIMA, 2021, p. 34).

Freud, em 1919, lança outro célebre trabalho para pensar o inconsciente e as suas dinâmicas, chamado *O infamiliar*¹⁶. Através de um longo trabalho etimológico acerca da palavra “infamiliar” e do prefixo (in), o autor nos traz a ideia que esta palavra-conceito reflete aquilo que deveria ficar escondido, mas que, por algum motivo, deixou-se mostrar. Algo que deveria ficar preso em uma cripta, mas acabou vindo à superfície. Infamiliar pois é algo que nos é familiar e estranho ao mesmo tempo.

Não nos interessa no momento retomar toda etimologia desenvolvida por Freud neste texto, mas pensar o trabalho do testemunho e como este lida constantemente com este infamiliar que não poderia ser dito, mas que aparece na fala ou na escrita dos sujeitos. Márcio Seligmann-Silva recorre ao texto de Freud para falar da potência da literatura e como esta pode ter a capacidade de restabelecer laços com o real.

De certo modo podemos afirmar que a literatura é também uma porteira da cripta. Uma figura que tanto vem ‘de dentro’ como está ‘fora’, diante da cripta, de costas para ela. Essa cripta evidentemente – assim como a noção forte de ‘real’ – possuiu a mesma característica da concepção freudiana de Unheimlich (sinistro, estranho): como algo de familiar que não pode ser revelado. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 74).

A literatura tem a capacidade de tocar a entrada da cripta e trazer consigo, através da memória, palavra e imaginação, um conteúdo transfigurado que ajuda o sujeito a reelaborar o passado e a cena traumática ao fazer laço com um terceiro. Também é possível pensar no infamiliar, quando olhamos para o que a história “oficial” quer esquecer. O trabalho de todos nós talvez seja embarcar em uma arqueologia de criptas e ruínas que alguns não querem que sejam revisitadas.

A questão que ainda nos cabe é como esquecer ou ressignificar uma violência cometida pelo Estado, por exemplo, durante a ditadura militar brasileira? Como esquecer de filhos e parentes desaparecidos durante o período em que o Estado esteve sob a tutela de militares que nunca foram julgados pelo horror que causaram? Maria Rita Kehl escreve que “não se podem qualificar irrefletidamente como atos vingativos as convulsões sociais que põem fim aos regimes totalitários, nem como ‘ressentimento’, o abatimento de escravos e prisioneiros impedidos à força do exercício de sua liberdade.” (KEHL, 2020, p. 14). Pessoas que foram

¹⁶ Aqui seguimos a última tradução do termo *Das Unheimliche* contida nas Obras Incompletas da Editora Autêntica.

brutalmente assassinadas pelo Estado em regimes totalitários e seus parentes que sobreviveram não podem ser vistos na perspectiva do ressentimento. Em muitos casos, como na ditadura brasileira, não houve nem a chance para que algum tipo de vingança pudesse emergir. Luis Kancyper escreve sobre um tipo específico de rancor que pode servir como um instrumento construtivo do presente.

Contudo, há outro aspecto do rancor que vale a pena mencionar: ao ter como característica abrigar uma esperança vindicativa, esta pode chegar a operar como um porto na tormenta, em uma situação de desamparo, como um último recurso de luta em que o sujeito procura restaurar o quebrantado sentimento da própria dignidade, tanto no campo individual quanto no social, e fomentar assim um destino construtivo. (KANCYPER, 2018, p. 13).

Kancyper localiza este rancor como “memória da dor e do pavor”, que não se deixa cair no ressentimento ou na melancolia, mas que encara o passado com coragem e admite carregar para os dias atuais o sofrimento que este lhe causou, buscando uma nova construção possível do presente: uma reparação. “É o momento em que o passado misterioso, repetitivo e incompreensível torna-se uma realidade mais clara e audível e, ao ser integrado e reordenado na realidade psíquica, permite ao sujeito reescrever sua própria história e reconhecer sua identidade.” (KANCYPER, 2018, p. 222-223).

Também podemos falar de uma espécie de ressentimento social que tem sua origem, justamente, em uma sociedade desigual, em que a promessa de igualdade de direitos nunca se cumpriu. Parafraseando Seligmann-Silva, talvez nada em nossa sociedade ainda funcione sem uma política do terror. (SELIGMANN-SILVA, 2018). Os testemunhos que buscam recriar esses acontecimentos, em sua grande maioria, não costumam carregar o peso da melancolia ou do ressentimento, mas de uma ferida que continua aberta e que através da palavra, pode, se não uma cicatrização completa, encontrar um apaziguamento da dor.

2. CAPÍTULO 2 - K. - *RELATO DE UMA BUSCA*

2.1 Uma busca impossível

*Os gemidos da mãe estremecida,
Os brinquedos do tempo de criança,
O sorriso fugaz de uma esperança,
E a primeira paixão da nossa vida.*

*O adeus que se dá por despedida,
E o desprezo que a gente não merece,
O delírio da lágrima que desce,
Um momento de angústia e de desgraça.*

*Tudo passa, na vida tudo passa,
Mas nem tudo que passa a gente esquece.*

Chico Pedrosa

K.: Relato de uma Busca, de Bernardo Kucinski, foi originalmente lançado em 2011 e tem como núcleo e ponto de partida o sequestro da irmã do jornalista, Ana Rosa Kucinski, e do cunhado do escritor, Wilson Silva, pelos militares durante a ditadura brasileira em 1974. Os dois tinham 32 anos e eram militantes políticos. Ana trabalhava como professora no Instituto de Química da Universidade de São Paulo. Após o seu desaparecimento, a USP decidiu pela demissão da professora por “abandono de emprego”, e como escreve Renato Lessa no posfácio da edição do livro da Cosac Naify, “trata-se de um dos episódios mais lamentáveis de toda a história da USP”.¹⁷

K. - como iremos nos referir ao relato – porém não se trata apenas de um registro histórico ou jornalístico. A própria matéria escura da qual brota a narrativa impede de que o

¹⁷ Sobre a posição da USP durante a ditadura brasileira, além da passagem e do capítulo sobre a demissão de Ana Rosa Kucinski em *K.: Relato de uma Busca*, temos, por exemplo, outro relato escrito por Sérgio Ferro, arquiteto e ex-professor da universidade. “Logo após o 1º de abril de 1964, o reitor Gama e Silva nomeia uma comissão não oficial composta por professores para investigar ‘atividades subversivas’ na USP [...] No segundo semestre de 1964, são instaurados os IPM (Inquéritos Policiais-Militares) [...] Ausente desde 1972 do Brasil, eu, Sérgio Ferro, não tenho conhecimento de nenhuma declaração oficial ou de alguma ação clara que demonstre repúdio por parte da USP ou da FAU-USP com relação a inquéritos, prisões, torturas ou assassinato perpetrados contra professores, alunos e funcionários destas instituições.” (FERRO, Sérgio, 2015).

mesmo seja um relato factual. Bernardo Kucinski cria kafkianamente¹⁸ o personagem K. para, a partir da imaginação e criação literária, tentar construir o impossível. Renato Lessa escreve que “a tensão entre testemunho/denúncia e literatura fica bem posta – e esclarecida – já na advertência feita pelo autor na abertura do livro: ‘Tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.’” (LESSA, 2014, p.184). É a partir da literatura, que o autor consegue construir as ruínas do seu testemunho.

K., o personagem, é um pai que procura pela filha desaparecida na ditadura militar. Enfrenta descaminhos, é usurpado de seus direitos, é enganado e nunca chega a completar a sua busca interminável. A filha, professora de Química na Universidade de São Paulo, desapareceu junto ao marido, sem deixar nenhuma pista. A construção do personagem carrega consigo toda a negatividade, a falta de sentido, uma fenda aberta para sempre que faz pesar as linhas do relato. Renato Lessa pontua que “é como se a linguagem das ditaduras fosse formada a partir de letras tatuadas nos corpos daqueles que elas eliminam.” (LESSA, 2014, p.186). Quando parece que algum fio de esperança irá aparecer, logo o torvelinho da violência e de silêncio engole K. novamente.

No primeiro capítulo de *K.*, nomeado *As cartas à destinatária inexistente*, Bernardo Kucinski assume a primeira pessoa para falar da irmã e o testemunho começa da seguinte forma:

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro. A mais recente apresentava um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas; tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida. (KUCINSKI, 2014, p. 9).

Podemos dizer que já no primeiro parágrafo do texto, o tom que fará parte da construção dos próximos capítulos já está dado. “Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexistente há mais de três décadas?” (KUCINSKI, 2014, p. 9). Tudo que Ana poderia ter vivido, mas que não viveu por ter sido morta por forças de segurança de um Estado golpista. Como pontua o autor, trata-se da criação de um “inventário de perdas da perda de uma vida” (KUCINSKI, 2014, p.10). Kucinski

¹⁸ Em determinado momento de *K.: Relato de uma Busca*, o narrador pontua que “Milan Kundera chamou de ‘totalitarismo familiar’ o conjunto de mecanismos de culpabilização desvendados por Kafka. Nós poderíamos chamar o nosso de ‘totalitarismo institucional’”. (KUCINSKI, 2014, p. 168).

continua dizendo que “é como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk [...]” (KUCINSKI, 2014, p. 10). A memória de Ana vagueia entre os seus parentes que empreendem sua busca sem resposta, ocultando culpas e omissões. “O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar.” (KUCINSKI, 2014, p. 12). Bernardo Kucinski finaliza esta introdução dizendo sobre a irmã que “a permanência do seu no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos.” (KUCINSKI, 2014, p. 12). Esquecimento que é reiteradamente contestado pela própria construção e existência desse testemunho.

O tom melancólico ou de angústia toma conta da narrativa e assume uma espécie de *leitmotiv*, como no conto de Melville, *Bartleby, o escrivão*, em que sabemos ao final que o personagem movido pelo seu “prefiro não”, tinha um emprego triste de tratar de cartas devolvidas que nunca chegariam a um amor perdido, a uma filha, a um pai. (MELVILLE, 2012).

A maioria dos capítulos de *K.* são contados por um narrador em terceira pessoa que nos introduz a busca do personagem principal do livro. “A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo.” (KUCINSKI, 2014, p. 13). O cansaço da busca impossível e da falta de indícios do paradeiro da filha acompanham K. por toda a narrativa. A fenda que ele carrega é também a marca de uma busca aparentemente solitária. Por mais que encontre grupos de outras pessoas que também perderam filhos e netos durante a ditadura militar, K. sente-se só. Sente que nada poderá reparar a sua perda. “Passou o dia discando um número de telefone que a filha lhe dera para urgências, mas o toque ecoava solitário.” (KUCINSKI, 2014, p. 14). Assim, K. sente-se em uma eterna alternância e ambiguidade entre a certeza de achar sua filha e o seu contrário.

Ele inicia a sua busca procurando a filha no departamento da Universidade de São Paulo em que ela trabalhava, e ao conversar com as colegas de profissão encontra a sua primeira desilusão de muitas que estariam por vir. “Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos.” (KUCINSKI, 2014, p. 15). A falta de sentido talvez seja o principal fio condutor do testemunho deste personagem literário. K. se pergunta “o que fazer?” e não há resposta. A tragédia já estava instalada em sua vida.

“Assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais maldormido.” (KUCINSKI, 2014, p. 18).

Como discutimos no capítulo anterior desta pesquisa, o trauma é um evento que ultrapassa o sujeito e que dificulta o trabalho de simbolização do acontecido. “A verdade parece residir agora no trauma: no corpo como anteparo dessa ferida; num corpo-cadáver que é visto como uma protoescritura que testemunha o trauma.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 43). A tragédia que ultrapassa o corpo de K. é de natureza também institucional. “O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível. Isso ele sabia muito bem.” (KUCINSKI, 2014, p. 16-17). Se pensarmos nas operações policiais atuais nas periferias das cidades brasileiras, essa constatação ainda é verdadeira. Na maioria dos casos, só há Estado na forma de polícia e de seus tiros que matam pessoas. “Além do mundo que se vê e nos acalma com seus bons-dias boas-tardes, como vai tudo bem, há um outro que não se deixa ver, um mundo de obscenidades e vilanias.” (KUCINSKI, 2014, p. 29).

K. é um imigrante judeu com um passado de perseguição política na Polônia pré-Shoah e que agora parece de alguma forma reviver o que aconteceu com ele e sua família a partir do desaparecimento da filha. “K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca.” (KUCINSKI, 2014, p. 37). O personagem persegue a partir da memória e da sua busca construir a imagem da filha que, agora ele sabe, nunca conheceu profundamente. Ele não sabia que a filha casara; não sabia da sua luta na clandestinidade contra a repressão do Estado; não sabia que sua filha tinha uma “segunda vida”.

[...] K. percebeu a vastidão da outra vida, oculta, da filha. Ela até se casara sem ele saber; tinha marido, uma cunhada, sogros. O marido também estava desaparecido. Mais esse susto no colar de tantos espantos, descobrir que outra família também chorava sua ausência, não como filha, como nora, e ele agora também teria que chorar uma segunda desapareição, a do genro, e mais, de netos que poderia ter, mas não terá [...] (KUCINSKI, 2014, p. 42).

A partir do desencontro na universidade, K. passa a ir ao IML, onde “nem na época da guerra na Polônia deparara com rostos tão maltratados e olhos tão arregalados de pavor” (KUCINSKI, 2014, p. 19), e a buscar possíveis testemunhas em informantes do governo, a recorrer a instituições judaicas, a participar de grupos de parentes de desaparecidos políticos, a

perguntar para o padeiro, mas não encontra nada concreto. “Quem sabe conheciam alguém que conhecesse alguém outro, na polícia, no exército, no SNI, seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços. (KUCINSKI, 2014, p. 18). Ele encontra apenas pistas, mentiras, “farsas escabrosas” de gente que estava de alguma forma tentando se aproveitar do desespero desse pai. Em diversas passagens do relato, K. cai em armadilhas orquestradas pelos próprios agentes do governo numa tentativa de silenciá-lo e de fazê-lo desistir de procurar vestígios da filha.

Fogaça, senta aí, porra. Escuta bem – tá tremendo por quê? Para de tremer, porra. Você vai fazer um servicinho. Se fizer direito, te solto. Entendeu? Você vai pegar esse telefone que está aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho da puta dum velho e você vai dizer a ele o teu nome, pode dizer o teu nome mesmo, diz que você acaba de ser solto do DOPS e que viu a filha dele aqui. O velho vai ficar doidão, vai dar um pulo, fazer um monte de perguntas, como está a filha, você não fala nada, só diz que viu ela, que ela deu o telefone. (KUCINSKI, 2014, p. 70).

O personagem “sente que sua filha foi tragada por um sistema impenetrável, diferente de tudo o que ele havia conhecido, mesmo na Polônia.” (KUCINSKI, 2014, p. 34-35). No entanto, K. não cessa de procurar, como se a procura fosse a única coisa que lhe restasse. “Os familiares queriam enterrar seus mortos – que eles já sabiam mortos, mas de cinquenta, diziam, sabiam até a região aproximada em que foram executados, mas os militares insistiam que não havia corpo nenhum para entregar.” (KUCINSKI, 2014, p. 22). Um teatro armado pelos militares para torturar também os familiares. “O inimigo agora são as famílias desses terroristas.” (KUCINSKI, 2014, p. 73).

Em uma breve digressão, podemos lembrar do longa-metragem *Filho de Saul*, de László Nemes, em que um judeu obrigado a trabalhar em um campo de concentração de Auschwitz reconhece um corpo com traços de seu filho ao realizar a limpeza de uma câmara de gás. Saul passa o filme todo – inclusive pondo seus companheiros em perigo – com uma única missão: enterrar o corpo do menino.

A necessidade de um sepultamento digno faz parte de um rito que colabora no processo de luto. Sem corpo não há rito, como escreve Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2010). K. até procura as instituições judaicas superiores para tentar dar uma lápide simbólica para a filha, mas o pedido é negado por, justamente, não haver corpo. Como discutimos junto com Freud em seu *Luto e Melancolia*:

O luto profundo, a reação à perda de um ente amado, comporta o mesmo doloroso abatimento, a perda de interesse pelo mundo externo — na medida em que não lembra o falecido —, a perda da capacidade de eleger um novo objeto de amor — o que significaria substituir o pranteado — o afastamento de toda atividade que não se ligue à memória do falecido. (FREUD, 2010, p.129).

A falta de um corpo, mesmo que já assassinado, colabora para uma impossibilidade do luto, o que, normalmente, pode levar o sujeito a introjetar a perda e recriar-se no espectro da melancolia. K. não consegue se desligar da memória da filha e a sua busca torna-se o único aspecto de sua vida. Podemos até supor que K. esteja no campo da melancolia, mas não por incapacidade ou por culpa, como o personagem se acusa.

A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido. (KUCINSKI, 2014, p. 167).

O narrador em certo momento observa que “embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas.” (KUCINSKI, 2014, p. 166).

No capítulo *A queda do ponto*, a história passa à primeira pessoa na voz de um dos militantes políticos durante o período ditatorial. Trazemos aqui o início e o fim do capítulo que reforça a sensação de repetição e de uma espécie de suspensão do tempo. “Lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram.” (KUCINSKI, 2014, p. 24). E no parágrafo final, a frase: “Lá fora a vida segue como sempre: o produto interno bruto a crescer; as mulheres, a fazer compras, os meninos, a brincar; os mendigos, a suplicar; e namorados, a se beijar.” (KUCINSKI, 2014, p. 27). Isso é narrado enquanto um casal de militantes tem como última tarefa, engolir a pequena cápsula de cianureto.

Em uma carta assinada apenas com a inicial A., vemos o desespero de quem estava na luta clandestina e as dúvidas sobre os rumos incertos e caminhos a serem tomados.

Às vezes eu me pergunto: por que tudo isso? Não sei se é paranoia, mas sinto um perigo me rondando. Todo dia prendem alguém no campus. Não preciso falar do que tem acontecido. O clima está muito pesado. Como sair disso? Não sei como sair, só sei que, se antes havia algum sentido no que fazíamos, agora não há mais [...] Tem alguma coisa muito errada e feia acontecendo, mas não consigo definir o que é. Sabe, uma coisa é a gente sonhar e correr riscos, mas ter esperanças, outra coisa muito diferente é o que está acontecendo. Uma situação sem saída e sem explicação [...] (KUCINSKI, 2014, p. 47).

Como seguir a vida depois de perder a filha? Como elaborar um luto talvez impossível? São essas algumas perguntas que carregamos ao ler o testemunho deste personagem literário que borra a noção de realidade e ficção. “É uma característica dos pacientes traumatizados manifestarem uma sensação de diminuição no fluxo do tempo: como se o seu relógio tivesse ficado parado no momento do traumatismo.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 70). Em diversas passagens do livro, K. apresenta um cansaço excessivo, “a sensação de vazio interior”, até chegar a colapsar quando realiza uma visita a presos políticos para contar a sua história. “K. já nem sabia se ainda tinha esperanças, depois de tanto engodo, e do tempo já tão longo da desapareição.” (KUCINSKI, 2014, p. 36).

A fragmentação da narrativa e a quebra da ordem cronológica explicita o que trazemos como algumas das características de obras com teor testemunhal¹⁹. A impossibilidade de uma simbolização total da experiência nos é lembrada por Seligmann-Silva, a partir dos estudos do professor de psiquiatria Dori Laub. “Laub também destaca a impossibilidade de tradução total da experiência tanto em termos do pensamento como da memória e da linguagem.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 70). A construção do personagem K. e de outras vozes que se encontram no livro é também o testemunho impossível que Bernardo Kucinski recorreu para contar a história da sua irmã.

Essa busca impossível lida constantemente com o silenciamento, mas essa mesma busca interminável se mostra como um movimento de resistência. Ao buscar sua filha, K. a mantém viva, não apenas em sua memória - talvez afetada pela melancolia – mas na memória coletiva de um país marcado pela violência. “Essa realidade da morte é gritante na mesma medida em que é emudecida, silenciada, enterrada. Ela retorna compulsivamente - na cabeça de uma sociedade culpada e que ‘não entende’ sua história.” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 73). K.

¹⁹ Leyla Perrone-Moisés escreve que “a presença do passado nas obras atuais não se manifesta de modo diacrônico, como nos manuais de história literária, mas de modo sincrônico, que é o modo da memória. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 116-117).

busca entender a sua história e persegue através de ruínas, para evocarmos Benjamin novamente, entender a história da sua filha.

No documentário *Torre das Donzelas*, a diretora Susanna Lira recria o cenário do Presídio Tiradentes²⁰ em set e chama presas políticas que estiveram trancadas no local para rever os aposentos e recontar as suas histórias. Foram entrevistadas mulheres como Dilma Rousseff, Ana Bursztyn-Miranda, Maria Aparecida Costa, Rita Sipahi, Nair Benedicto, Leslie Beloque, entre outras. Em um determinado momento do documentário, depois de narrarem as torturas e violações diárias que haviam passado antes de chegar e depois de estarem no presídio, uma das entrevistadas diz que a ditadura havia conquistado a vitória pelo silêncio. Era na dificuldade de passarem as suas experiências para seus filhos e netos, que perceberam que não podiam mais se calar diante do horror que haviam sido submetidas.

Em outra passagem de *K.*, há mais um relato da queda de endereços usados pelos militantes políticos e da realidade, cada vez maior, de desaparecidos e mortos pelo regime militar. Bernardo Kucinski, ao mesmo tempo que denuncia um período de suspensão de direitos humanos básicos, consegue trazer imagens sutis que fazem com que a narrativa transgrida a denúncia pura dos fatos.

Tempos depois, capturado e desaparecido pelos militares, deixou, como único bem, a biblioteca revolucionária de mais de dois mil tomos, a maioria expropriados. Curiosamente, na primeira página de todos eles, assinara em letras firmes e rápidas, seu nome por extenso e data de expropriação. Queria demarcar uma posse? Não. Não faz sentido. Talvez soubesse, isso sim, e desde sempre, que os livros seriam os únicos vestígios de sua vocação revolucionária, pequenas lápides de um túmulo até hoje inexistente. (KUCINSKI, 2014, p. 54).

Ao tentar recriar a história de sua irmã, Kucinski recria também parte da história do Brasil: a parte que “deveria” permanecer em segredo, recalçada, mas que testemunhos como o de *K.* trazem à superfície como uma forma de reparação. Como o psicanalista Luis Kancyper nos alerta:

Trata-se menos de recordar que de reescrever, já que o revivido é fundamental, mas não suficiente. É um ponto de partida, mas não o ponto de chegada, que é a reestruturação. O sujeito se define segundo o modo como ressignifica,

²⁰ O Presídio Tiradentes, onde se encontrava a “Torre das Donzelas”, parte do presídio para mulheres, foi demolido em 1972.

segundo o modo como reestrutura sua biografia para transformá-la em sua própria história. (KANCYPER, 2018, p. 223).

A negatividade presente em *K.* talvez seja o ponto de partida para esta tentativa de ressignificação do passado. “O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado.” (KUCINSKI, 2014, p. 166). Como Jeanne Marie Gagnebin também nos adverte, é preciso olhar bem de perto a chaga para termos alguma possibilidade de curá-la (GAGNEBIN, 2009). Não se trata, portanto, apenas de uma fidelidade ao passado, mas de olhar para este no presente e tentar repará-lo.

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

K. encontra-se desolado depois da negação da Matzeivá²¹, onde “o rabino não só rejeita o pedido como demonstra frieza ante o seu drama” (KUCINSKI, 2014, p. 77), e tem uma ideia de compor um pequeno livro em memória da filha e do genro, “uma lápide em forma de livro”. Lembremos novamente o que Freud escreve sobre o luto, em que “é inevitável que busquemos no mundo da ficção, na literatura, no teatro, substituto para as perdas da vida.” (FREUD, p.173, 2010).

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos. (KUCINSKI, 2014, p. 78-79).

Depois de reunir o material e levá-lo à gráfica do bairro, ele recebe como resposta: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo,

²¹ Na cultura judaica é a lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento, para simbolizar o não esquecimento do falecido.

uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (KUCINSKI, 2014, p. 83). Mais um episódio em que negam a preservação da memória da filha, mais uma repetição da busca solitária de K..

No capítulo *Imunidades, um paradoxo*, acompanhamos já a falta de temor ou cautela do personagem na busca pela desaparecida. Empunha cartazes nas ruas, como as mães da Praça de Maio²², ergue sua voz e já não mais sussurra. Se algo acontecesse com ele, seria de alguma maneira mais uma confirmação de quem foram os culpados pela morte da filha. Mas o círculo de negatividade volta a operar no último parágrafo do capítulo.

Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, a maioria, nunca se desviou. Velhos morrem, crianças nascem. O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca. (KUCINSKI, 2014, p. 90).

O que Bernardo Kucinski logra em seu relato é não deixar que a história de Ana seja esta árvore morta e sem frutos. A potência germinativa de seu relato recoloca a irmã em outro lugar, mesmo com toda a negatividade dessa busca que não cessa.

Voltando ao *Luto e Melancolia*, Freud escreve sobre como parte do processo de luto se dá no desligamento do objeto²³ perdido. “O normal é que vença o respeito à realidade. Mas a solicitação desta não pode ser atendida imediatamente. É cumprida aos poucos, com grande aplicação de tempo e energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto perdido se prolonga na psique.” (FREUD, 2010, p.129).

Em *K.*, pela negatividade do qual sua matéria é construída, talvez conseguimos nos deparar apenas com lampejos desse desligamento. Mas o respeito ou princípio de realidade está a todo momento ludibriando K. em sua busca impossível. Talvez o fato de a filha ter desaparecido sem nenhum vestígio é o que mantém o personagem na realidade de sua procura.

²² As Mães da Praça de Maio é uma associação argentina de mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o terrorismo de Estado da ditadura militar.

²³ Lembremos que para a psicanálise, todas as relações são objetais.

Vamos nos deter por um momento em um sentimento importante - que também se relaciona com a melancolia da narrativa e com a impossibilidade do luto - na construção do personagem: a culpa. Em diversas passagens do livro K. sente-se culpado. Na maioria das vezes por seu envolvimento nos estudos do iídiche²⁴. “Ah, se não pensasse o tempo todo na língua iídiche, na literatura, se tivesse dado mais atenção à filha, a seus filhos...” (KUCINSKI, 2014, p. 56). Em outro momento, outra repetição: “Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche, essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? Quem sabe? Que importa o iídiche? Nada.” (KUCINSKI, 2014, p. 13-14). E camadas e mais camadas de culpas vão se atracando ao personagem; culpa de estudar literatura; culpa ao pensar em filmes enquanto sua filha estava desaparecida.

Na discussão que iniciamos sobre o *Mal-estar na Civilização*, Freud se detém também sobre o surgimento do sentimento de culpa. “Creio que agora apreendemos duas coisas muito claramente: a participação do amor na gênese da consciência e a fatídica inevitabilidade do sentimento de culpa.” (FREUD, 2010, p. 66-67). Para o psicanalista, a culpa é um sentimento que faz parte da constituição de todos os sujeitos e do processo civilizatório e é preciso “[...] situar o sentimento de culpa como o problema mais importante da evolução cultural e de mostrar que o preço do progresso cultural é a perda de felicidade, pelo acréscimo do sentimento de culpa.” (FREUD, 2010, p. 68). A perda da felicidade está diretamente ligada a renúncia das satisfações para a possibilidade da vida em comunidade. Neste processo, ocorre uma espécie de introjeção da proibição imposta pela sociedade no próprio sujeito, assim podemos observar um acréscimo do sentimento de culpa. Trocamos a satisfação total de todas as nossas vontades, para, ao lidar com a falta, buscar o amor do outro.

O problema da culpa que K. expressa talvez seja parte do processo da impossibilidade de se desligar da filha. Mas com todos os aspectos que trouxemos aqui sobre todas as formas possíveis de violência em que se deu o desaparecimento, como recusar a esse pai este sentimento? O que Bernardo Kucinski consegue realizar é uma espécie de reparação pelo seu testemunho. Ao passar da história individual e familiar para a história coletiva de um povo, abre-se uma complexidade para pensarmos sobre o sentimento de culpa. Um país que nunca

²⁴ Língua falada pelos judeus da Europa Oriental.

olhou com coragem para a sua história de violência, não tem a brecha necessária para expiar este sentimento e assim culpar os verdadeiros assassinos.

K., como dissemos, conta com outras vozes que assumem a narração de certos capítulos, que colaboram na contextualização do estado de suspensão de direitos humanos que se passa a história. No capítulo *Paixão, compaixão*, acompanhamos o relato de uma amante de um delegado a alguém que recorre a ela para obter informações de outro desaparecido. “Porque se eu fosse pensar, como é possível eu estar vivendo com um homem que todos dizem que é um monstro?” (KUCINSKI, 2014, p. 102). Até o momento que revela à mãe que a procurou sobre o paradeiro do filho da mulher. “A senhora entendeu? Eu entendi que ele está morto, não existe mais, está morto, desculpe, mas é isso, seu filho está morto, merda!” (KUCINSKI, 2014, p. 105).

A ambivalência de sentimentos desta amante que se apaixonou por um militar é o que constrói a ambiência de todo este capítulo. Na parte final, ela declara que “essa marca vai ficar para sempre. Assim como a senhora vai carregar a sua dor até o dia em que morrer, eu também vou carregar essa marca até o dia em que morrer”. (KUCINSKI, 2014, p. 113). Novamente um sentimento de culpa - e também de ambiguidade - que paira sobre esta outra personagem.

Em outro, nomeado *A terapia*, acompanhamos o relato de uma consulta no INSS contada em primeira pessoa por uma empregada que trabalhou na Casa da Morte²⁵, em Petrópolis, durante uma conversa com uma psicóloga. Ela conta que conseguiu o emprego com o delegado Fleury²⁶ e tinha, dentre outras funções, se aproximar dos presos políticos para conseguir informações. Na cadeia, disfarçada de casa, a personagem conta o que presenciou. “Lá no andar de baixo, além das celas, também tinha uma parte fechada, onde interrogavam os presos, era coisa ruim os gritos, até hoje escuto os gritos, tem muito grito nos meus pesadelos.” (KUCINSKI, 2014, p. 127). A mulher, que fora estuprada na infância e que já havia passado pelo sistema penitenciário por envolvimento com drogas, foi “resgatada” pelo delegado que lhe deu o trabalho na casa. Local que continha uma garagem que só algumas pessoas tinham acesso.

Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa

²⁵ O imóvel foi utilizado durante a ditadura militar como centro clandestino de tortura de presos políticos.

²⁶ Delegado Sérgio Fleury, policial que atuou em casos de prisão, tortura e assassinato de militantes políticos.

grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue. Jesuína põe-se a soluçar, de início um gemido surdo; logo o choro se acelera e ela é tomada por convulsões, escorregando lentamente da cadeira; a terapeuta a agarra antes que desabe e a põe de pé, abraçando-a. (KUCINSKI, 2014, p. 127).

Através de um testemunho literário, Bernardo Kucinski mostra mais uma vez, em consonância com Walter Benjamin, que a história brasileira também é uma história de barbárie. Através de K. e destes outros personagens somos mergulhados no “sorvedouro de pessoas” que foi a ditadura militar brasileira.

Para continuarmos a pensar na história de K., que conseqüentemente é o testemunho de Bernardo Kucinski, há algumas passagens do capítulo *O abandono da literatura* que não só registra uma fotografia do desespero do personagem como localiza a sua posição que entendemos ser o local da literatura de testemunho.

Mas os dias foram se passando, as semanas, os meses, e ele nada escreveu. Agora estava arrependido, deveria ao menos ter mantido um diário dos seus contatos, de suas buscas. Agora, quando já não havia mais esperanças, quando seus dias custavam a passar na agonia de não ter mais o que procurar ou a quem falar, só lhe restava mesmo retomar seu ofício de escritor, não para criar personagens ou imaginar enredos; para lidar com seu próprio infortúnio. (KUCINSKI, 2014, p. 133-134).

K. se arrepende de não ter registrado para si mesmo sua busca. Ele mostra de certa forma a impossibilidade de as palavras alcançarem a realidade. Além disso, ele não está mais interessado no iídiche ou em criar enredos e personagens, mas ressignificar o seu trauma. Essa última característica de narrar a dor, como vimos, é uma característica da grande maioria dos testemunhos. O capítulo continua com outras passagens que deixam a impossibilidade de escrita de K. mais evidente. “Mas ao tentar reuni-los numa narrativa coerente, algo não funcionou. Não conseguia expressar os sentimentos que dele se apossaram em muitas das situações pelas quais passara [...]” (KUCINSKI, 2014, p. 135). E continua:

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. (KUCINSKI, 2014, p. 135).

Nessa espécie de metaficção, Bernardo Kucinski, através de K., consegue localizar muito bem atributos próprios da literatura de testemunho: a fragmentação da narrativa e a impossibilidade de as palavras alcançarem a realidade vivida. O corpo do personagem é atravessado pela realidade que carece de palavras. Como lembramos mais uma vez com Primo Levi, talvez seria necessário um novo vocabulário ou idioma para K. dar conta de uma narrativa “coerente”. Ele termina o capítulo, levantando a hipótese que sua limitação não era linguística, mas moral. Não era possível “escrever bonito sobre uma coisa tão feia”. Lembremos novamente o que escreve Seligmann-Silva:

É evidente que o gênero memorialístico não exige uma linearidade cronológica. Mas nesses fragmentos não se trata de uma simples falta de temporalidade linear: trata-se de uma suspensão da temporalidade. O tempo estanca: observamos cada um desses fragmentos mudos. Esse silêncio dos fragmentos - e do leitor - está intimamente relacionado ao silêncio do próprio autor. Devemos lembrar que ele os escreveu e não os narrou. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 108).

Nos capítulos finais, acompanhamos o definhar da esperança de K., ou como o narrador coloca, o personagem “foi traído pela esperança” de sua busca, pois o desaparecimento da filha se tornou a razão de tudo em sua vida. Ele não podia suportar o peso de não ter feito tudo o que estava em seu alcance para entender o que aconteceu com ela. “Era como se entorno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2014, p. 61). É exemplar quando o personagem, já sem forças, participa de uma sessão em um Tribunal de Justiça Militar para a condenação de alguns militares, mas sem nenhuma menção ao desaparecimento da filha. ““Mas e a minha filha?” K. agora balbucia, olhando à sua volta, em busca de uma resposta, de um apoio na plateia vazia.” (KUCINSKI, 2014, p. 150).

Em uma homenagem a desaparecidos políticos, K. vai ao Rio de Janeiro, para presentificar a memória da filha e do genro. A cerimônia passa por colocar os nomes de desaparecidos em placas de rua para lembrar as futuras gerações da importância da história e da democracia. De repente, ele passa a notar que nunca deu muita atenção aos nomes de ruas, rodovias e viadutos que ele passara. Rua Fernão Dias, homenageando um caçador de índios e escravos fugidos; avenida General Milton Tavares de Souza, organizador do DOI-CODI²⁷;

²⁷ O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) foi um órgão de inteligência e repressão do governo brasileiro, subordinado ao Exército, e famoso pelos casos de torturas de presos políticos.

Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói, general que instituiu o AI-5²⁸. K. não consegue compreender essa tradição brasileira de homenagear assassinos e torturadores, enquanto o narrador finaliza: “Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo.” (KUCINSKI, 2014, p. 165). O personagem empreende sua busca de forma solitária na maioria das vezes, mas essa busca é também coletiva em um país que prefere escamotear sua história.

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento de indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (KUCINSKI, 2014, p. 169).

Podemos dizer que *K.: Relato de uma Busca* termina, mas não tem um fim, encenando a própria busca de Bernardo Kucinski pela irmã. No último capítulo, o escritor assume – como na abertura do livro – a primeira pessoa e nos conta sobre um telefonema que recebe em sua casa com supostas informações sobre a irmã desaparecida. Ele conclui que é uma reação a uma mensagem que a Ordem dos Advogados do Brasil inseriu nas televisões, na qual uma artista encena o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski. “O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado.” (KUCINSKI, 2014, p. 182). Este texto de Bernardo é assinado em 31 de dezembro de 2010.

2.2 Ditadura brasileira e a saída conciliatória

*Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do ser.*

²⁸ O quinto dos Atos Institucionais que, entre outras violências, fechou e suspendeu as atividades do Congresso Nacional.

*Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajudá-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.*

Thiago de Mello

Entre o final de março e começo de abril de 1964, João Goulart, conhecido popularmente como Jango, foi deposto de seu cargo de presidente da república através de um golpe orquestrado pelas oligarquias aliadas aos militares. Entre as justificativas, estava a chamada “ameaça comunista”, em que acusavam Jango de estar levando o país para uma estrutura como a que havia se construído em Cuba. O presidente tinha amplo apoio popular e dialogava de forma próxima com trabalhadores, principalmente rurais, para avançar em assuntos sobre direitos trabalhistas e sobre uma possível reforma agrária. Até hoje, não temos nenhum indício de que Jango estaria interessado em construir um sistema comunista no país.

No documentário dirigido por Camillo Galli, *O Dia que durou 21 anos*, encontramos depoimentos de uma série de atores que vivenciaram o momento do golpe e também os acontecimentos antecedentes que criaram terreno para a tomada do poder pelas forças armadas. Ao ouvir as histórias e ver as posturas dos entrevistados - alinhados ou não com os militares - vai se esclarecendo uma das principais razões para o golpe militar de 1964: interesses corporativos diretamente ligados aos interesses financeiros norte-americanos. O golpe foi, de alguma forma, também uma encomenda dos Estados Unidos, que ofereceu todo o suporte para que os militares assumissem o poder no Brasil. A ditadura empresarial-militar²⁹ brasileira se estendeu até 1985, com o apoio de boa parte da imprensa hegemônica e das elites do país.

²⁹ Paulo Arantes no texto *1964, o ano que não terminou* diz que “o fato é que ainda não acusamos suficientemente o golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época. Acabamos de evocar a brasa dormida de um passo histórico, os vasos comunicantes que se instalam desde a primeira hora entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão.” (ARANTES, 2010, p. 206). Ainda sobre o assunto, há um informe público chamado *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura* do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp que mostra a participação de grandes corporações na perseguição política de seus trabalhadores durante o regime.

A principal proposta desta parte não é fazer um mergulho no período do golpe em si, mas mostrar como algumas das violências que se institucionalizaram na época continuam a operar na frágil democracia brasileira. O golpe, como o chamado progresso – lido através e com Walter Benjamin – continua a nos impelir com suas forças camufladas.

Em 2024, ano em que o golpe militar completa 60 anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – depois de derrotar nas eleições o militar reformado e ex-presidente Jair Bolsonaro – fez recomendações para que nenhum ato fosse realizado na data de aniversário do golpe. Setores da sociedade civil lamentaram a postura do presidente e tivemos algumas manifestações em respeito à memória de mortos e desaparecidos durante o período da ditadura militar brasileira. Isso mostra, como no telefonema que Bernardo Kucinski recebeu, que a relação entre o Estado e os militares nunca teve uma transparência em seus jogos de negociações, ou melhor, a marinha, a aeronáutica e, principalmente, o exército brasileiro nunca se submeteram de forma adequada ao poder civil.

No livro *Poder Camuflado - Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*, o jornalista Fabio Victor constrói um trabalho de fôlego sobre a influência dos militares desde o período da redemocratização brasileira até a eleição de Bolsonaro. Em consonância com a postura de alguns militares entrevistados no documentário *O Dia que durou 21 anos*, em suas conversas com generais, Fábio Victor mostra como o assunto abala a compostura dos que, de alguma maneira, estavam envolvidos com a ditadura. Depois de uma entrevista com Augusto Heleno, em que o general perde a paciência ao ser perguntado sobre o golpe de Estado, Fabio escreve que:

A reação de quase todos diante do assunto que agastou Augusto Heleno foi semelhante à do general, com pequenas variações. Isso apesar da fartura de evidências, documentos e testemunhos sobre as violações do regime que se recusam a definir como ditadura: prisão e cassações de opositores, fechamento do Congresso, censura, suspensão do habeas corpus, além dos crimes mais bárbaros: tortura, sequestro, morte e ocultação de cadáveres dos que se insurgiram contra ou combateram a repressão – tornadas política de Estado naquele período. (VICTOR, 2022, p. 11).

Os militares, ainda hoje, se recusam a assumir que houve ditadura no Brasil. Em seu livro, dentre tantos outros depoimentos, Fábio traz a fala do general Guilherme Theophilo que corrobora com o alibi de defesa contra uma “ameaça comunista”. “Nunca chegamos a ser uma

ditadura. Foi um regime de exceção. [...] Quero que você me responda quantos morreram do nosso lado. E os nossos estavam lutando pela liberdade, não para implantar um Estado comunista.” (VICTOR, 2022, p. 11).

Como vemos ao longo dos capítulos deste trabalho jornalístico, os militares continuaram, durante todos os governos após 1985, a exercerem influências nas mais diversas camadas de poderes da sociedade civil. Continuaram a ocupar cargos políticos³⁰ e defender os seus próprios interesses, o que diretamente impediu a democracia brasileira de avançar.

Mesmo quando estavam longe da ribalta, recolhidos aos quartéis, a interiores e fronteiras do território nacional, o fato é que, em quase quarenta anos de normalidade democrática, os militares brasileiros jamais permitiram um efetivo controle civil sobre as Forças Armadas, como ocorre nas democracias consolidadas. (VICTOR, 2022, p. 13).

A falta de ações judiciais e julgamentos de militares envolvidos em perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores do regime continua a criar lacunas para a real consolidação de uma sociedade que opera a partir de direitos humanos básicos. Além das organizações da sociedade civil que continuam a organizar atos para lembrar dos mortos e desaparecidos durante o mais longo regime autoritário republicano, a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada oficial em 2012, foi o passo mais longo que o Estado brasileiro conseguiu dar em uma tentativa de reparação histórica, e também um dos momentos mais tensos da relação entre os poderes civis e militares após a reabertura do país. O relatório final do colegiado foi divulgado em dezembro de 2014, trazendo o nome de 377 agentes da repressão acusados dos mais variados crimes. Fábio Victor reproduz em seu livro, o discurso da então presidente Dilma Rousseff³¹ na ocasião da divulgação do relatório: “O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.” (VICTOR, 2022, p. 28). Como discutimos sobre a impossibilidade do luto em *K.: Relato de uma Busca*, os corpos não achados continuam gritando, e morrem a cada novo dia na memória dos que sobreviveram.

³⁰ Por exemplo, durante o governo Sarney, “conforme levantamento do brasileiro Bem Ross Schneider, entre 125 cargos relevantes do novo governo, 60% dos ocupantes eram remanescentes da gestão Figueiredo, um recorde, inclusive considerando as transições durante a ditadura.” (VICTOR, 2022, p. 49).

³¹ Dilma Rousseff sofreu um golpe e foi deposta da presidência em 2016, sob alegação de crimes de responsabilidade que nunca foram cometidos.

Apesar do colegiado trazer os nomes dos culpados por violências durante o regime, a CNV não teve nenhum poder de indiciamento para caminhar na punição dos militares, e as recomendações indicadas em seu relatório final nunca saíram do papel. “[...] o modelo brasileiro é sem dúvida o que menos avançou quanto à responsabilização criminal.” (VICTOR, 2022, p. 30). No capítulo já mencionado de *K.*, *A queda do ponto*, há a seguinte passagem que corrobora com esse aspecto de impunção generalizada.

A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua. (KUCINSKI, 2014, p. 27).

Bernardo Kucinski continua em seu relato expondo como as entranhas burocráticas, ainda articuladas, negaram o básico em sua busca por alguma espécie de reparação. “Ao falar da ditadura, K. lembra-se com desgosto da Comissão de Direitos humanos da OEA que rejeitara sua petição de modo cínico. Disseram que, segundo o Governo brasileiro, nada constava sobre a filha. É claro, foram perguntar aos bandidos se eles eram bandidos.” (KUCINSKI, 2014, p. 57).

A partir de 2013, surgiu uma onda de antipolítica contra as instituições e cargos democráticos no Brasil, e os militares mais uma vez perceberam uma chance de aumentar os seus poderes.

Foi o que fizeram vizinhos sul-americanos como Argentina, Chile e Uruguai, ao julgar e punir militares de suas ditaduras, ou forçar que fizessem um reconhecimento público ou um pedido de desculpas – o que jamais existiu nem está no horizonte das Forças Armadas brasileiras. Nesse contexto, o histórico anticomunismo dos fardados achou guarida e se renovou, estimulando que militares zangados com Dilma e entusiasmados com Temer avalizassem Bolsonaro contra a “ameaça vermelha”. (VICTOR, 2022, p. 15).

Assim como no relato de Bernardo Kucinski, onde *K.* está preso num círculo de negatividade e de repetição, a história brasileira parece encenar o mesmo quadro. Novamente o mesmo alibi de lutar contra uma “ameaça comunista” que não existe, para eleger governos de extrema-direita diretamente ligado às forças armadas. A falta de ruptura com os militares na

redemocratização do país está diretamente ligada a este movimento. “A Nova República é filha de um acordão. Traço cultural brasileiro desde a Independência, a opção por transições negociadas em vez de rupturas, preservando-se boa parte do poder dos que saem de cena, prevaleceu também ao fim da ditadura.” (VICTOR, 2022, p. 48).

Se olharmos para a Constituição de 1988, há diversas brechas para que o poder militar continue a operar. Como exemplos, podemos citar a manutenção da Lei da Anistia para os agentes que cometeram crimes bárbaros durante a ditadura e como a prática de tortura nunca foi considerada crime imprescritível. Em uma passagem de *K.*, o narrador relata uma consulta a um médico que acompanhava sessões de torturas.

Por motivos obscuros, dificilmente para expiar culpas, já que um tipo desses é como um animal, sem noção de certo e do errado, esse médico dispusera-se a reconhecer desaparecidos políticos observados por ele em sessões de tortura. Sua função era impedir que o suplicado morresse antes de revelar o que os algozes queriam saber. (KUCINSKI, 2014, p. 116).

A continuidade do golpe também se mostra diariamente na violência cometida por forças do Estado contra grupos minorizados e que estão à margem³². O caráter intervencionista dos militares também continua a operar, por exemplo, nas chamadas operações de Garantia de Lei e da Ordem (GLO)³³, que seguem assassinando pessoas nas periferias brasileiras. Fábio Victor termina a primeira parte da sua investigação jornalística com a seguinte passagem:

[...] numa unidade sob a jurisdição do general, foi feita uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – chefe de um dos principais centros de tortura da ditadura, o DOI – Codi do II Exército, em São Paulo, e acusado por vários presos de torturá-los pessoalmente. O comandante perdeu o cargo. Era um general de quatro estrelas conhecido e influente no Exército, mas ainda de projeção limitada fora dos quartéis. Chamava-se Hamilton Mourão, e pouco mais de três anos depois viria a ser eleito vice-presidente da República

³² Deleuze e Guattari escrevem que “a noção de minoria, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer (o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound). É evidente que ‘o homem’ tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante. A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 55).

³³ A intervenção militar que pode ser decretada pelo presidente é prevista no artigo 142 da Constituição Federal, em casos quando há o “esgotamento” das forças tradicionais de segurança pública. Este caráter intervencionista se reforçou e tomou forma a partir da Minustah, onde as operações no Haiti tiveram uma abordagem colonialista e de uma série de violação de direitos humanos por parte dos militares brasileiros.

na chapa de Jair Bolsonaro. Mourão e Bolsonaro continuam a considerar Ustra um herói. (VICTOR, 2022, p. 98).

Se como apresentamos aqui, o testemunho pode ser uma via pela palavra para reelaboração do passado, ele também mostra os seus limites. Não se trata de um revanchismo barato, como muitos dizem, mas da busca para que alguma justiça seja efetivada. Ao negarmos o passado - ou como algumas figuras públicas defendem “virar a página” e “olhar para o futuro” – deixamos essa ferida aberta na sociedade. Como a posição que assumimos junto com Walter Benjamin, é necessário encarar nossas ruínas e rever nosso conceito de história.

Em um jogo de ambiguidades, Beatriz Sarlo nos lembra que “escreve-se para esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que os outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança.” (SARLO, 2005, p. 26). A escritora argentina, no texto *Os militares e a história*, observa que a ambiguidade da literatura se apresenta em um jogo de esconder e mostrar palavras para fazer com que estas permaneçam de alguma maneira. “Se o discurso oficial, obediente ao apelo dos militares, estabelece a reunificação por meio do esquecimento, outros discursos são portadores do passado.” (SARLO, 2005, p. 32).

Lembremos rapidamente de um acontecimento de 1968, que ficou conhecido como a “guerra da Maria Antonia”. O conflito entre estudantes da USP e os da Universidade Mackenzie acabou com um estudante morto e o edifício da Faculdade de Filosofia da USP depredado, incendiado e interditado pelos policiais. Irene Cardoso ressalta, com certa perplexidade, como o acontecimento foi tratado. “A banalização do ‘incidente’ da ‘guerra da Maria Antonia’ na memória institucional, mas não apenas nela, corresponde à banalização do próprio presente, na sua ‘rotina’”, (CARDOSO, 2001, p. 118). Cardoso relata:

À sua pequena repercussão, seguiu-se o silêncio das próprias autoridades universitárias ligadas à Reitoria ou ao Conselho Universitário da USP e do governo do Estado. O desenrolar de acontecimentos posteriores relacionados ao movimento estudantil, a prisão das lideranças estudantis no Congresso da UNE, em Ibiúna, ainda em outubro, a promulgação do Ato Institucional nº 5 em dezembro, a invasão do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), também em dezembro e as aposentadorias compulsórias em abril de 69, foram produzindo impactos sucessivos num curto espaço de tempo, que implicaram a necessidade da construção de uma resistência contra uma destruição total da Instituição. (CARDOSO, 2001, p. 98).

Sobre o que chamamos de um novo conceito de história junto com Benjamin, Cardoso pontua que:

Este lugar da perplexidade do pensamento, construído pela possibilidade da escuta do “inaudito”, do “chocante”, é também o lugar de uma percepção do tempo, numa posição instável, que ao não se fixar no passado, nem no presente, permite movimentos de ida e volta, do presente para o passado e do passado para o presente, um vai-vém, que constrói a tensão temporal, condição da crítica. (CARDOSO, 2001, p. 96).

Voltemos mais uma vez ao *K.: Relato de uma Busca*. No capítulo *O Livro da vida militar*, o narrador nos apresenta um general que foi destituído do exército por ter se oposto ao golpe. O homem, “enfático e preciso, como se espera de um general de quatro estrelas”, está sentado em frente a um almanaque do exército, com nomes de todos os oficiais, e realiza um inventário de ex-colegas e ex-comandados. Cada parágrafo, que expõe um tanto dos interiores da caserna militar, inicia com frases do general expulso: “Esse vende a própria mãe” / “Este outro além de vender a mãe, entrega.” / “Este aqui foi o primeiro da classe.” / “Estudiosos, só os da artilharia.” / “O resto é um bando de ignorantes, piores são os da cavalaria” / “A principal hipótese era de guerra com a Argentina, tudo bobagem, só para os manter ocupados.” / “O funil mais apertado está na passagem de coronel para general de brigada. Só um em cada cinquenta coronéis será general. E quem sobra, é expelido.” / “Para ser promovido a general, o coronel tem que ter um protetor, tem que pertencer a um esquema, a um general que o proteja.” / “O Prestes levou esse cuidado à coluna e depois o incorporou às normas de segurança do Partido, ainda mais devido à sua clandestinidade quase permanente. Acabou tornando o Partido mais secreto do que já era, nunca encontros de mais de dois, e sempre aos sussurros.” / “Este aqui é o único general que pelo meu conhecimento se preocupou em mandar pararem as torturas.” / “Foi ele sair e recomeçaram tudo. Também, ele não demitiu ninguém, não denunciou, nem internamente, nem de público.” / “Este aqui é o mais inteligente e o mais cruel. Da artilharia, é claro. Por isso propôs a abertura, lenta, gradual e segura, sabia que estava tudo acabado. É dos antigos, podia ter se alistado na Força Expedicionária, mas não foi; nunca travou uma batalha, nunca esteve em guerra. Não se sabe até hoje se não se alistou por simpatizar com os nazistas, ou se os americanos o vetaram, pela mesma razão.”³⁴ Nesta espécie de inventário cheio de acusações, rancor e verdade, o general constrói um mosaico dos interiores da caserna do exército durante a ditadura militar brasileira.

No final do capítulo, o narrador em terceira pessoa, que vai contextualizando cada frase falada pelo ex-general, pontua que o que impera nos interiores do exército é “no lugar de

³⁴ (KUCINSKI, 2014, p. 138-143).

bravura a crueldade, a desonra em vez da honra, o povo pobre como inimigo, a maldade levada ao infinito. Degolas em Canudos; execuções de presos rendidos no Araguaia, embora crianças ainda, desmembramento de corpos em 1974, para fazê-los ‘desaparecidos’.” (KUCINSKI, 2014, p. 142). Mais uma vez, o relato de Bernardo Kucinski é mais uma evidência de como a história brasileira é também uma história da barbárie, com suas violências institucionalizadas, com suas repetições, discriminações e covardias.

No livro *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle, há uma série de ensaios que abordam a continuidade da ditadura sob a perspectiva de diferentes autores e autoras. Na apresentação do livro assinada pelos dois organizadores, é explicitado que:

[...] faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas. (TELES; SAFATLE, 2010, p. 9).

Como houve alguns movimentos de reparação, mas nunca houve justiça, o máximo que os grupos perseguidos³⁵ e seus familiares receberam de empresas e do governo foram indenizações pelos “danos causados”. Os organizadores do livro continuam dizendo que “[...] a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu.” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10).

Muito dessa violência se dá justamente pela falta de ações de julgamentos para os militares envolvidos em crimes durante a ditadura. Os corpos desaparecidos e as vítimas do regime continuam vivos nas memórias de seus entes e lembram da dor, constantemente renovada, de o Estado não ter olhado para seus filhos e netos. Como K. quando pergunta no julgamento militar, mas e a minha filha? E a plateia já se encontra vazia.

Paulo Arantes no texto *1964, o ano que não terminou*, também ressalta a perenidade do regime militar como “um tempo morto, esse em que a ditadura não acaba nunca de passar.” (ARANTES, 2010, p. 210). Nos dias de hoje a violência é renovada, por exemplo, quando

³⁵ É comum lembrarmos apenas dos militantes de esquerda e dos grupos armados que lutaram contra o regime, mas durante a ditadura, por exemplo, quilombolas e povos indígenas também sofreram com perseguições e assassinatos.

vemos políticos elogiando gerais, recomendando que não se faça atos de memória do golpe militar e mantendo arquivos da ditadura escamoteados ou muito desorganizados.

Em suma, refratários de qualquer procedência serão recusados. Novamente, para que não haja dúvidas: aos eventuais sobreviventes de tendências contrárias à moderação/conciliação/consolidação das instituições etc., acena-se com o espectro do supracitado aniquilamento, cuja eventualidade estratégica sempre paira no ar, que o digam a Guerra de Canudos e a Guerrilha do Araguaia. (ARANTES, 2010, p. 211-212).

No ensaio *Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul*, Edson Teles traz características dos dois regimes e aponta para algumas reflexões que corroboram com nossa exposição. O pesquisador mostra como na ditadura militar brasileira, a tortura foi institucionalizada e como “o corpo passa a ser fundamental para a ação do regime. Se a sala de tortura tem como resto de sua produção um corpo violado e se o assassinato político produz o corpo sem vida, o desaparecimento de opositores fabrica a ausência do corpo.” (TELES, 2010, p. 305). Como o que aconteceu com Ana Rosa Kucinski, seu companheiro Wilson Silva e com diversas outras pessoas, a ditadura brasileira instituiu uma nova forma de violência em grande escala: o desaparecimento. “Torturar e matar para depois desaparecer com os corpos foi um dos primeiros atos de memória da ditadura e a presença dessa memória na vida pública brasileira é signo da mudez da democracia em relação a sua herança autoritária.” (TELES, 2010, p. 309). Esse silêncio e a falta de cuidado com a memória do país talvez seja um dos pontos cruciais que impedem a consolidação de uma democracia que possa dizer o seu nome.

De acordo com pesquisa realizada em diversos países, incluindo o Brasil e a África do Sul, coordenada pela cientista política norte-americana Kathryn Sikkink, da Universidade de Minnesota, os países que julgaram e puniram os criminosos dos regimes autoritários sofrem menos abusos de direitos humanos em suas democracias. (TELES, 2010, p. 315).

Alguns grupos diretamente afetados pelas violências da ditadura militar no Brasil continuam bravamente a gritar os seus mortos, mas não encontram um amparo devido do Estado. A história de Bernardo Kucinski retratada em *K.: Relato de uma Busca* encena muito bem este cenário de desamparo. O testemunho, como defendemos aqui, é uma das saídas possíveis para se enfrentar o trauma, mas ele por si só, nunca dará conta de nos aproximarmos de alguma forma de justiça.

2.3 Uma tentativa de reparação

*agora não se fala mais
toda palavra guarda uma cilada
e qualquer gesto pode ser o fim
do seu início
agora não se fala nada
e tudo é transparente em cada forma
qualquer palavra é um gesto[...]*
Torquato Neto

Até o momento buscamos mostrar como o testemunho pode ser uma forma de reparação no sentido de se apresentar como uma saída para o trauma ao buscar um terceiro que se apresenta como o ouvinte que não vai embora. A escrita pode ser uma maneira de reparação ao olhar para o passado e tentar reelaborá-lo. Muito mais que um registro da história, o testemunho carrega consigo uma fenda que molda inclusive a forma como se apresenta.

Em *K.*, como tentamos mostrar, Bernardo Kucinski constrói seu relato através das fendas que acompanham este pai na busca por algum tipo de resposta. A diversidade de vozes, a fragmentação, a falta de sentido e de uma ordem cronológica, fazem com que este testemunho, como o próprio personagem *K.*, busque incansavelmente o outro sem uma necessária garantia de resposta. A busca dele é também a busca de Bernardo Kucinski pela irmã, e ao construir o seu relato a partir deste personagem, por mais negatividade e solidão que a narrativa carregue, o trauma deixa de ser individual e passa para um lugar coletivo.

Antes de nos aprofundarmos na questão de como o testemunho pode ser uma via de reparação, e de como ele pode ter a força de barrar que alguma forma de ressentimento prevaleça, queremos abordar por um momento a questão da luta feita por alguns grupos contra a ditadura durante o período do regime militar.

No texto *Do uso da violência contra o estado ilegal*, Vladimir Safatle escreve que qualquer luta contra um Estado ilegal é legítima (SAFATLE, 2010). Portanto, para o autor a luta armada teve um importante papel de resistência, e nos arriscamos a ampliar, de tentativa

de reparação e justiça em alguma escala. “Como não adianta lembrar que crimes contra a humanidade são crimes perpetrados pelo Estado contra seus cidadãos e não ações feitas contra um Estado ilegal e seu aparato de defesa [...]” (SAFATLE, 2010, p. 244).

Safatle fala sobre uma espécie de revisionismo histórico delirante que tenta legitimar um golpe empresarial-militar contra uma possível “ameaça comunista”. Para o autor, não há como equiparar a resistência feita pelos grupos armados contra o regime com a violência institucionalizada dos militares. “Quando o Estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado significa retirar o fundamento substantivo da democracia.” (SAFATLE, 2010, p. 246). Assim, a própria base de uma democracia que possa dizer o seu nome está na luta por justiça e direitos para todas as pessoas. Safatle continua:

Pois podemos dizer, neste sentido, que os jovens que entraram na luta armada aplicaram o direito mais elementar: o direito de levantar armas contra um Estado ilegal, fundado por meio da usurpação pura e simples do poder graças a um golpe de Estado e ao uso sistemático da violência estatal. Desconhecer este direito é, este sim, o ato totalitário por excelência. (SAFATLE, 2010, p. 248).

Para o autor, o que uniu os grupos de resistência contra a ditadura militar brasileira não foi um projeto em comum, mas uma recusa em comum (SAFATLE, 2010). Recusa à violência institucionalizada e sistematicamente empregada, recusa contra a suspensão de direitos humanos, recusa a aceitar que corpos e vidas fossem usurpados sem nenhuma contestação. Assim, toda ação dirigida a um Estado ilegal torne-se uma ação legal, nas palavras de Safatle.

Como se não bastasse tudo isso, devemos lembrar dos inúmeros casos de assassinatos de pessoas que absolutamente nada tinham a ver com grupos comunistas, que eram apenas opositores do regime militar, como foi o caso dramático do ex-deputado federal Rubens Paiva, sem contar casos clássicos como o do jornalista Vladimir Herzog. Apenas estes casos já serviriam para colocar em xeque o argumento geralmente utilizado pelo pensamento conservador nacional de que julgar os crimes da ditadura é insensato porque significaria julgar ações do Estado na guerra de defesa contra a “ameaça comunista”. (SAFATLE, 2010, p. 249).

O fato que nos assombra é que a mesma desculpa continua a dar sustentação para renovadas tentativas de golpes – e agora pelas vias institucionais – nos dias atuais. Se observarmos as falas de ex-generais que trouxemos a partir do livro *Poder Camuflado - Os*

militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro, de Fabio Victor, fica evidente como a caserna militar, além de não admitir o golpe de 1964, continua a delirar em suas confabulações contra uma onda vermelha. “É da incapacidade de lidar com nosso passado que vem o caráter deteriorado da nossa democracia.” (SAFATLE, 2010, p. 251). Mais uma vez, o caráter daquilo que se perpetuou do golpe continua a nos assolar ainda hoje e impede que qualquer ruptura seja de fato estabelecida.

Voltemos mais uma vez ao *K.: Relato de uma busca*. No capítulo *Mensagem ao companheiro Klemente*, Bernardo Kucinski busca ilustrar uma comunicação entre dois companheiros de luta contra o regime militar. O capítulo inicia da seguinte maneira, “Klemente, não sei se ainda devo te chamar de companheiro depois de dizeres ao grupo de Paris que a Organização não existe mais.” (KUCINSKI, 2014, p. 176). O autor da mensagem, que assina com o nome de Rodriguez, diz que “já suspeitávamos que a ditadura decidira não fazer prisioneiros.” (KUCINSKI, 2014, p. 176). Mesmo não tendo a data da carta, as mensagens corroboram com o desaparecimento de corpos durante o regime militar, que se intensificou a partir de 1972.

Neste capítulo, outro aspecto importante que chama a atenção é que mesmo dentro das organizações dos grupos armados haviam contradições internas, tanto nos caminhos a serem tomados a partir da intensificação da repressão por parte dos militares, quanto a julgamentos de companheiros de luta. “Aí, o recado era que quem abre, mesmo sob tortura, é um traidor. Como se fosse possível julgar quem foi torturado.” (KUCINSKI, 2014, p. 180). De certa forma, a carta do companheiro Rodriguez expõe o processo de desmantelamento dos grupos organizados depois que os assassinatos e desaparecimentos aumentaram. Safatle escreve que “devemos ser sensíveis ao caráter absolutamente intolerável do desejo de desaparecimento.” (SAFATLE, 2010, p. 237). E como já trouxemos aqui, a ditadura brasileira foi um regime de desaparecimento de pessoas.

Ao olhar para o papel do testemunho, já abordamos a questão de como o ressentimento pode ou não operar neste tipo de relato a partir dos estudos de Maria Rita Kehl, e acreditamos que ela traz mais contribuições para pensarmos o testemunho como também um lugar de reparação. A psicanalista escreve que o caráter de exceção – que virou a norma como vimos em Benjamin – exige uma espécie de reação adiada.

Como colocar em ato o saudável impulso de reação imediata aos agravos nos casos de impotência objetiva diante da força de coerção do opressor? Como reagir a uma injustiça, mesmo à força de argumentos e protestos, nos casos em que qualquer reação custaria a vida do injustiçado? Sob uma ditadura militar, sob um estado de exceção, sob regimes de terror, toda a reação precisa ser forçosamente adiada, até mesmo para que tenha chances de sucesso. (KEHL, 2020, p. 12).

Assim, não se trata de uma saída pelo ressentimento, mas de uma impotência em relação a uma opressão que tem um tamanho muito maior do que qualquer tentativa de reação. As pessoas que pegaram em armas durante o regime, em sua grande maioria, foram assassinadas pelos militares. A questão que nos cabe é que, apesar dos ganhos por alguma forma de justiça que já trouxemos aqui, a reação foi não só adiada até os dias de hoje, como foi barrada a partir da saída conciliatória consolidada em 1985. Se não houver algum tipo de ruptura com este passado, a nossa democracia não conseguirá avançar. Ruptura não é esquecimento, ruptura é julgar os responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura de forma a barrar a sua repetição em outros tempos. Apenas indenizações às famílias que perderam seus pais, filhos e netos não se caracterizam como uma ruptura.

Edson Teles no texto que discutimos neste trabalho, escreve que “o fenômeno totalitário constituiu o estado máximo de deformação da condição humana e o terror reduziu o indivíduo a um objeto, incapacitando-o para a ação política.” (TELES, 2010, p. 299). A questão é que a existência de relatos testemunhais de traumas passados serve como um lugar de resistência contra esse lugar de desumanização. Eles buscam dar um destino à dor através da palavra compartilhada.

Os prisioneiros de guerra foram vencidos em batalha, pela superioridade bélica do inimigo. Quando uma revolta é abafada pelo poder militar, os revoltosos se veem obrigados a recolher suas forças e esperar por condições mais favoráveis para voltar à luta. Essa “vingança adiada” não é a mesma das elucubrações mentais a que se entrega o ressentido, psicologicamente impotente para dar outro destino a sua amargura. (KEHL, 2020, p. 14).

Se podermos ver os testemunhos como uma forma de vingança adiada, não o podemos colocar no espectro do ressentimento, como escreve a psicanalista. A partir dos relatos dos sobreviventes, como no caso de Bernardo Kucinski, o que está em questão, mesmo que de maneira não completamente consciente, é uma tentativa de reparação que lhes cabe.

No Brasil, o ressentimento na política é diretamente proporcional ao afã das pessoas em esquecer as injustiças de que foram de fato vítimas e à pressa em “perdoar” os corruptos, os ditadores e os políticos irresponsáveis. Perdoamos, esquecemos, mas não deixamos de nos ressentir contra nossa condição de vítimas de nossa própria omissão. Ao mesmo tempo, desejosos de nos conformar com os casos em que condições injustas eventualmente nos beneficiam, chamamos de “ressentidos” os que teimam em lutar para reparar agravos que não devem ser esquecidos, nem banalizados. Foi o que ocorreu durante a década de reconstrução da democracia, nos anos 1980, quando uma parte das elites e das classes médias beneficiadas pela abertura da economia ao mercado internacional voltou-se contra setores da militância que teimavam em retomar algumas reivindicações de justiça social ou em recuperar a memória das vítimas da ditadura militar. Nesse caso, a acusação de ressentimento é feita de má-fé. (KEHL, 2020, p. 23).

É contra a banalização da violência cometida pelo Estado - que ainda impera nas ruas do Brasil - que o testemunho busca operar. Através do grito dessas pessoas oprimidas, o testemunho busca, se não formar uma rede, resistir como uma espécie de lugar para a memória operar. “Não iremos esquecer de nossos mortos”, parecem dizer. A extrema desigualdade da sociedade brasileira nunca será confrontada se não nos havermos com as feridas do passado recente do país.

Há eventos que não se consegue esquecer; outros não devem ser esquecidos. O problema é: que destino dar à memória? A memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação serve para manter as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado [...] (KEHL, 2020, p. 177).

Bernardo Kucinski, de certa maneira, retira Ana Rosa Kucinski da sua posição de desaparecida ao contar sua história em *K.: Relato de uma Busca*. E mais, o irmão coloca Ana em um lugar muito diferente da demissão da professora por não comparecimento às suas aulas na USP. “Na ordem do dia consta o processo 174899/74 da reitoria pedindo a rescisão do seu contrato ‘por abandono de função’[...]” (KUCINSKI, 2014, p. 152). No relato imaginado por Bernardo a partir da ata de reunião que confirmou a demissão e que votou junto, a recontração de um professor aposentado que também pediu pelo desligamento de Ana, está escrito - representando a voz de presentes na Congregação: “Esclareço ao plenário que a professora doutora a partir de 23 de abril de 1974 deixou de comparecer ao Instituto.” / “[...] onde já se viu, em vez do jurídico valer-se do prestígio da universidade para forçar as autoridades a fornecer alguma informação, a dizer qual é a acusação contra ela, fazem o oposto, demitem como se fosse relapsa e não como se tivesse sido sequestrada, ou seja, ajudam a encobrir o sequestro.” / “Não tem sentido se queimar num caso individual.” (KUCINSKI, 2014, p. 156 -

159). No final do capítulo nomeado *A reunião da congregação*, o veredito: “Dois dias depois, o desligamento da professora foi publicado no Diário Oficial por ato do senhor governador do Estado, Paulo Egydio Martins, outro que nunca se desculpou.” (KUCINSKI, 2014, p. 159).

Bernardo, ao construir o seu relato, conta a história da sua família, mas também a do Brasil. Consegue, por um instante que seja, quebrar o jogo burocrático que enxerga as pessoas como números, ou como escreve Vladimir Safatle sobre a Shoah, “Auschwitz é o nome do genocídio industrial, programado como se programa uma meta empresarial quantitativa. Ele é o nome do desejo de eliminar o inumerável de um povo com a racionalidade instrumental de um administrador de empresas.” (SAFATLE, 2010, p. 237). O que chamamos de jogo burocrático é principalmente essa racionalidade instrumental e sua capacidade de desumanização, como já nos alertara Adorno e Horkheimer no *Dialética do Esclarecimento*³⁶.

Os relatos testemunhais, portanto, respondem tanto a um preenchimento de uma lacuna no campo individual, quanto no coletivo. A fenda que esses escritores carregam busca uma ressonância num campo maior de vozes, que por sua vez, também carregam cada uma o seu drama individual.

[...] os livros que relatam a vida nos campos de concentração respondem não apenas a uma necessidade urgente e vital de seus autores, como também a uma necessidade do resto do mundo, depois de 1944. Eles impedem que a chaga, fechada no silêncio e no esquecimento, infeccione e contamine o futuro para sempre. (KEHL, 2020, p. 179).

É na busca do outro, de um terceiro, que o relato de Bernardo Kucinski encontra o seu lugar de reparação. Ao conseguir olhar com coragem para o seu passado, o autor consegue não apenas fazer o registro de uma época, mas com os recursos próprios da literatura, construir personagens e passagens que carregam consigo toda a negatividade do relato e que servem como uma busca de reelaboração dos acontecimentos no campo coletivo ao encontrar com seus leitores. Nomear o acontecido é impedir com que o esquecimento fira cada dia mais uma vez as vítimas das violências de um Estado opressor. É isso que também fazem os grupos que se reúnem para manter viva a memória dos presos, torturados e assassinados durante a ditadura militar brasileira. “Temos pressa em perdoar os inimigos, com medo de parecer ressentidos –

³⁶ Para os dois autores, com o desencantamento do mundo surge uma nova espécie de mito: o de que o homem e sua razão são senhores de si mesmos. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Irene Cardoso observa que “essa cultura caracterizada por uma racionalidade do tipo instrumental tem como referência o ‘imediatamente presente’, cuja condição é um corte com o passado.” (CARDOSO, 2001, p. 33).

mas o ressentimento, afeto que não ousa dizer seu nome, se esconde justamente nas formações reativas do esquecimento apressado, tão característico da sociedade brasileira.” (KEHL, 2020, p. 187). Os relatos testemunhais partem de uma quase impossibilidade de transmissão para, com suas fraturas e fendas, buscar o outro e fazer com que este esquecimento apressado não ocorra. Isso é fundamental para que a sociedade não caia num lugar de repetição contínua do passado.

Se o ressentimento é o avesso da política, ele só pode ser curado pela retomada do sentido radical da ação política. O ato político implica sempre um risco de desestabilizar a ordem. Ao contrário da resignação ressentida, da revolta submissa do ressentimento, ele nasce de uma aposta na possibilidade de se modificarem as condições estruturais presentes em sua origem. (KEHL, 2020, p. 195).

Talvez o relato de Bernardo Kucinski, como o de tantos outros, possa ser olhado a partir deste prisma: o de ser um ato político. Ao passar o seu trauma - que como vimos também é um trauma coletivo – para o papel, ele consegue fazer com que sua dor seja uma ponte fraturada que se conecta ao outro. E mais, a partir de seu relato consegue trazer reflexões sobre o quanto de político há no fazer literário.

Beatriz Sarlo também escreve sobre uma linguagem que foge de fins meramente prático-comunicativos para trazer em sua bagagem toda uma memória que se tornou coletiva, e que teima e precisa permanecer.

Há romances, poemas, depoimentos, num leque que vai da mais extrema representação realista até as transformações mais distanciadas. São obstáculos levantados contra o convite ao esquecimento, contra sua possibilidade ou imposição; teimam em opor-se à hipocrisia de uma reconciliação amnésica que pretende calar o que, de qualquer modo, já se sabe. (SARLO, 2005, p. 32).

Nem tudo sabemos sobre a ditadura brasileira, mas o testemunho de Bernardo Kucinski se faz também como uma ponte para o leitor e uma tentativa de luta contra o esquecimento tão incentivado por certos grupos que não querem olhar para a história do Brasil; seja por interesses pessoais; seja pela banalização da informação.

Para lembrarmos novamente das discussões sobre o conceito de história em Walter Benjamin, os relatos testemunhais podem, em sua incompletude, servirem, nem que seja em pequenos lampejos, como o freio de emergência que pode nos fazer repensar a noção atual de progresso. (BENJAMIN, 1987). Vladimir Safatle ainda pontua que “não são apenas os corpos

que desaparecem, mas os gritos de dor que têm a força de cortar o contínuo da história.” (SAFATLE, 2010, p. 239-240). Os testemunhos podem manter esses gritos ecoando em uma tentativa de cortar esse *continuum* de repetições. Safatle conclui que “por fim, vale a pena terminar insistindo em uma resposta “estrutural” aos arautos do Partido da Amnésia. Ela consiste em lembrar que nenhum país conseguiu consolidar sua substância normativa sem acertar contas com os crimes de seu passado.” (SAFATLE, 2010, p. 252).

Juntos com alguns autores que trouxemos neste trabalho, assumimos a posição de dizer que a ditadura brasileira pode ter oficialmente acabado, mas ela não teve um fim. Os seus poderes camuflados, para usar a expressão de Fabio Victor (VICTOR, 2022), e suas entranhas autoritárias continuam operando dentro da estrutura do Estado. Edson Teles nos lembra que “refletir sobre qual o estatuto da ação política na democracia demanda o trato sobre certa continuidade do autoritário nas relações democráticas.” (TELES, 2010, p. 308). Ele escreve que a democracia brasileira é uma vítima obrigada a provar a sua própria condição ao não criar uma esfera robusta onde testemunhos possam operar na esfera pública e, principalmente, que processos judiciais sejam encaminhados contra as pessoas que cometeram crimes durante o regime militar. Teles conclui:

Não é possível pensar a violência da ditadura sem assumirmos o compromisso de responder aos atos de violência e tortura dos dias atuais. E também o contrário: não eliminaremos as balas perdidas se não apurarmos a verdade dos anos de terror de Estado de modo a ultrapassarmos certa cultura da impunidade. Pois a bala perdida é, como o silêncio e o esquecimento, o ato sem assinatura pelo qual ninguém se responsabiliza. (TELES, 2010, p. 318).

O passado e o presente seguem conectados em seus aspectos mais recalcados e cruéis. Tomemos como exemplo, a chamada Operação Escudo realizada sob a gestão e anuência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que em cerca de 18 dias, matou 29 pessoas nas periferias da Baixada Santista.

Regina Dalcastagnè também nos lembra que a escrita e a literatura sozinhas não dão conta de realizar alguma espécie de justiça. “Mudar o mundo é tarefa grande demais para a literatura. Um romance pode expressar a oposição a um estado de coisas, mas se a oposição permanecer restrita às páginas dos romances, estará fadada ao fracasso.” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 65).

Como tantos outros testemunhos, *K.: Relato de uma Busca* não tem o poder de julgar os autores de crimes cometidos pelo Estado brasileiro e nem de trazer de volta os corpos das pessoas assassinadas, mas como defendemos até aqui, talvez tenha o poder de reelaborar um trauma individual inserindo-o na malha simbólica das representações coletivas. Essa é a tentativa de reparação que Bernardo Kucinski conseguiu construir e que, de alguma maneira, continua a ressoar em nós, leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Poema nenhum, nunca mais,
será um acontecimento:
escrevemos cada vez mais
para um mundo cada vez menos,

para esse público dos ermos
composto apenas de nós mesmos,

uns joões batistas a pregar
para as dobras de suas túnicas
seu deserto particular,

ou cães latindo, noite e dia,
dentro de uma casa vazia.*

Alberto da Cunha Melo

O percurso que fizemos até aqui talvez tenha exposto mais questões do que respostas objetivas. A partir de inquietações iniciais sobre o que pode a palavra, pudemos começar nossa trajetória de pensar o lugar do testemunho na leitura de *K.: Relato e uma Busca*, de Bernardo Kucinski.

Longe de querermos esgotar as linhas do relato de Bernardo, pudemos ver como a construção de personagens – principalmente na figura de K. – configura-se como uma tentativa de expressar, a princípio, a negatividade da busca desse pai.

De início, fez-se necessário uma discussão teórica sobre a noção de testemunho e suas perspectivas. A noção de teor testemunhal em obras artísticas e literárias está calcada principalmente no local em que estas foram engendradas, qual seja, em eventos traumáticos.

A partir desta cena inaugural, pudemos discutir um pouco sobre a impossibilidade de narrar o trauma. O testemunho, como o conhecemos, teve sua gestação após a Shoah e as barbáries cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. O que tentamos trazer e colocar em discussão foi como a própria característica do acontecido dá forma ao que é relatado.

Os acontecimentos, muitas vezes, não conseguem alcançar completamente a malha simbólica. O testemunho sempre carrega uma espécie de fenda; de fratura que dá o tom dos relatos deste tipo. Assim, o indizível é o ponto de partida desta discussão que olha para as palavras tanto como impossibilidade quanto potência para a criação de novas formas de representação.

Se no solo germânico, o testemunho é a base de análises subjetivas e psicanalíticas com foco na noção de cena traumática de Freud e da noção de *real* em Lacan, como aquilo que não pode ser simbolizado; na América Latina os relatos com este teor tornam-se um novo gênero literário, o *testimonio*.

Na Alemanha, os testemunhos jogam luz principalmente na Shoah pela impossibilidade de comparação desta com outras catástrofes históricas. A partir deste genocídio em massa, busca-se uma análise sobre o trauma dos sobreviventes que relatam e do quanto as palavras não dão conta de contar o vivido. Já na América Latina, há uma tendência de procurar o factual com o objetivo de, não apenas relatar o passado, mas de buscar alguma forma de reparação e justiça. Estas discussões foram sustentadas principalmente a partir das pesquisas de Márcio Seligmann-Silva.

Neste percurso, também não pudemos nos esquivar de olhar para a relação entre literatura e história, a partir de um pensador fronteiriço. A posição que Walter Benjamin olha a história é a mesma que assumimos nesta pesquisa. Para Benjamin, a história da humanidade ou da cultura é a história da barbárie. O “estado de exceção” tornou-se a norma e o impulso do progresso continua a fazer suas vítimas.

Junto com Seligmann-Silva e Jeanne Marie Gagnebin, pudemos reler Benjamin a partir da perspectiva de que o trabalho de reelaboração do passado, da escrita e da busca por um leitor/ouvinte pode, se não encaminhar algum processo de reparação judicial, servir como via de presentificar o passado para ressignificar os dias atuais. O trauma - que a princípio é sempre individual - ao buscar o outro, torna-se de alguma maneira coletivo. Assim, as palavras do testemunho carregam a fratura que são as ruínas da própria história de sujeitos e da humanidade.

Ao falarmos sobre o trauma, adentramos rapidamente sobre alguns conceitos desenvolvidos por Freud. Abordamos questões sobre o processo civilizatório, a partir da noção

de culpa introjetada e do recalçamento das vontades, necessários para a convivência em sociedade. Ainda falamos sobre a tendência de aniquilamento do outro, como um instinto primevo e constitutivo dos sujeitos.

Como o objeto de pesquisa deste trabalho aborda, sobretudo, a questão do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski na ditadura militar e da então busca desesperada de um pai por respostas, não pudemos deixar de falar sobre o luto, e sua irmã, melancolia. Se no luto, há um desligamento lento do objeto perdido; na melancolia, o objeto perdido é introjetado de maneira que o sujeito passa a recriar-se.

Ainda sobre esta discussão, trouxemos os estudos de Maria Rita Kehl e Luis Kancyper sobre outro conceito que não é próprio da psicanálise, mas que nos ajudou a pensar o lugar de reparação do testemunho: o ressentimento. O ressentido é aquele que vive uma vingança adiada e nunca efetivada. A questão que levantamos, e que viria a ser desenvolvida posteriormente na parte sobre a tentativa de reparação, é como falar em ressentimento em indivíduos ou grupos que nem tiveram a chance de reagir, e qual o papel de relatos testemunhais nestes casos. Se há um relato que não pode ser colocado no espectro do ressentimento é, justamente, o relato de vítimas de opressões ou de violências.

Iniciamos o segundo capítulo tratando de uma análise mais detida do relato de Bernardo Kucinski, *K.: Relato de uma Busca*. O livro lançado em 2011, conta a história – usando vários recursos literários – de um acontecimento real: o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, irmã de Bernardo, e do companheiro dela, Wilson Silva, durante a ditadura militar brasileira.

O relato começa com a voz de Bernardo em primeira pessoa para construir o tom de negatividade que acompanha o principal personagem, nomeado K., durante toda a história. Buscamos trazer alguns trechos do relato, com intuito, de não apenas ilustrar e buscar um diálogo com as teorias expostas no capítulo anterior, mas também de evidenciar o trabalho do escritor com as palavras e construção dos personagens.

As principais características que pudemos notar no relato, são a fragmentação e a falta de uma sequência cronológica, além da diversidade de vozes que o compõe. Tentamos apresentar a busca impossível deste pai, K., pela filha desaparecida nas mãos dos militares. Busca impossível, pois, desde o princípio fica evidente o impedimento de se chegar a algum

lugar. Talvez aí more a base da negatividade da história. K., o personagem, busca incansavelmente pela filha, ou pelo seu corpo, sem nunca conseguir chegar perto de algum indício. Assim, priorizamos alguns trechos do relato para tentar trazer imagens de toda essa busca. Impossibilidade de luto, renúncia de desistência da busca, pistas falseadas, tentativa de se comunicar com outras pessoas na mesma situação, tudo isso compõe o relato de Bernardo Kucinski.

Sempre que possível, tentamos estabelecer um diálogo com as teorias apresentadas sobre as características próprias do testemunho. Para isso, utilizamos tanto as abordagens sobre o assunto que tiveram sua gestação em solo germânico após Shoah, quanto as perspectivas latino-americanas. Entendemos que a conversa com as teorias da memória e com a psicanálise, junto com a noção de literatura de *testimonio*, além de não serem excludentes, podem potencializar as análises dos relatos.

K. não encontra a sua filha, nem seu paradeiro. Bernardo não encontra a sua irmã, mas através deste relato pôde olhar para o passado, escrever sobre ele e talvez reelaborá-lo.

Na parte seguinte, buscamos realizar uma contextualização do golpe e da ditadura brasileira, a partir da sua principal característica: a continuidade. Tentamos responder à pergunta: Podemos dizer que a ditadura brasileira teve um fim? Como mostramos, até os dias atuais, os mecanismos autoritários e a relação entre os militares e o poder civil nunca teve uma ruptura, movimento necessário para qualquer democracia que se sustente. A “ameaça vermelha” continua a justificar atos de exceção até o momento que este trabalho foi escrito.

A base para essa análise esteve ancorada no trabalho jornalístico de Fabio Victor, *Poder Camuflado - Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro* e no livro de ensaios *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle. Assim, pudemos colocar em circulação diálogos sobre o quanto da ditadura ainda está presente na nomeação de militares a cargos políticos, homenagens a torturadores e outras formas mais sutis de manter os poderes da caserna. Como pudemos constatar, a própria Constituição de 1988 apresenta diversas brechas para que este poder continue operando. Outro aspecto central que também levantamos é a nomeação da ditadura brasileira, como uma ditadura empresarial-militar, que serviu e, de alguma forma ainda serve, a interesses financeiros de elites nacionais e internacionais.

Depois, em uma tentativa de olhar para o poder da palavra e do testemunho como uma tentativa de reparação, fizemos uma discussão sobre as formas de resistência contra as violências cometidas durante e depois do golpe de 1964. Iniciamos esta discussão a partir de um olhar para o combate de grupos armados contra o regime militar. A partir dos estudos de Vladimir Safatle, pudemos ver como as ações feitas contra um Estado ilegal, tornam-se legais. A intenção não foi fazer uma apologia de qualquer tipo de violência, mas mostrar que em determinados casos esse combate é uma resposta imediata na busca por algum tipo de resistência e justiça.

Posteriormente, retornamos às discussões trazidas por Maria Rita Kehl para amarrarmos a busca por uma tentativa de reparação através da palavra. Para a psicanalista, o testemunho tem a função de buscar o outro; um terceiro. Nesta busca, a palavra, mesmo quebrada, tem uma função de reelaboração do passado no presente e apresenta não só um impacto individual em quem precisa lidar com um trauma, mas ao buscar outras pessoas, caracteriza-se como uma tentativa de reparação no âmbito coletivo.

Para isso, foi necessário voltar à questão do ressentimento e como este pode ou não operar nos testemunhos e neste caso, em *K.: Relato de uma Busca*. Chegamos à conclusão que quando uma reação é impedida de se concretizar pela força maior do opositor, não há outro caminho a não ser adiar sua concretização ou buscar outras maneiras de se construir algum tipo de reparação. O testemunho se apresenta como uma das saídas possíveis.

Longe de um lugar derrotista, achamos importante sinalizar, junto com Regina Dalcastagnè, que a literatura, por si só, nunca dará conta de alguma forma de justiça. Mas os relatos como o de Bernardo Kucinski não servem apenas como registro histórico, como a partir de sua incompletude e de seus limites, conseguem voltar o olhar para o passado no presente, na tentativa de encontrar outras vozes dissonantes, e construir uma forma de reparação possível em um país que se nega a julgar os crimes cometidos pelo Estado durante sua história recente.

No momento de finalização deste trabalho, foi recriada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, que tinha sido extinta no governo anterior. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chancelou a escolha de quatro pessoas para integrar o novo colegiado. Assim, Eugênia Augusta Gonzaga retoma o posto de presidente da comissão, Maria Cecília Oliveira Adão toma o posto como representante indicada pela sociedade civil, e Natália Bonavides e

Rafaelo Abritta formam o restante do grupo. Os trabalhos dessa comissão devem dar prosseguimento nas retificações de atestados de óbitos e continuar a busca por vítimas da ditadura empresarial-militar brasileira.

Encerremos nosso percurso junto com Franklin Leopoldo e Silva que pergunta sobre a dimensão ética da palavra: “Poderia esta palavra abrir-se para o confronto com a lógica violenta das significações dominantes? Estaria condenada à contradição de uma resistência sem confronto? Questão evidentemente difícil e para a qual seria bom que não houvesse resposta definitiva.” (SILVA, 1996, p. 64). Assim, não pretendemos nenhuma resposta definitiva, mas mostrar que os testemunhos, como o de Bernardo Kucinski, nos permitem não tolerar o intolerável. Silva continua:

Se a verdade humana não se separa das oscilações da alma, é necessário que ela brote da contingência em que mergulham as condições dos nossos juízos para que corresponda à realidade originária da inelutável desordem do mundo dos homens, que a palavra busca expressar na transcendência da sua configuração significativa. (SILVA, 1996, p. 59).

É na desordem do mundo que os testemunhos brotam, e com eles toda uma responsabilidade de autorizar que todas as vozes possam falar, especialmente daqueles que sofreram um processo de silenciamento brutal. É a partir do trauma e sua dimensão indizível que a palavra alcança a sua dimensão política. A busca aparentemente solitária de K., é a busca de muitas pessoas. Portanto, é necessário estarmos preparados para ouvir o insuportável.

O totalitarismo continua a reverberar em muitos âmbitos de nossa sociedade, e cada vez mais, infiltrado nas entranhas das instituições. A extrema-direita ganha força não apenas na falta de ruptura com a ditadura, mas em renovados instrumentos de comunicação e mobilização social. Bolsonaro é só a ponta do iceberg de um poder muito mais articulado. Para detê-lo, é necessário, como discutimos com Walter Benjamin, um novo conceito de história. Uma história que não apenas relate a história dos vencidos, mas que rompa com o tempo vazio e homogêneo, que não vista e se orgulhe de um manto cientificista e imutável. Irene Cardoso corrobora com o pensamento de Silva e observa:

[...] pensar o presente repondo-o naquele fluxo denso da temporalidade. O que significa temporalizá-lo, distanciando-se do que seria o “imediatamente presente” e o “existente” – o lugar da cisão e da impossibilidade da crítica -, construindo por meio desse distanciamento em relação ao próprio presente uma relação com o passado que permitisse pensar também as implicações

desse passado no presente. Implicações que não significam identificações, retomadas, meras repetições, mas questões que possam incidir sobre o presente no sentido de problematizá-lo. (CARDOSO, 2001, p. 29-30).

Franklin Leopoldo e Silva ressalta que “este tipo de relação com o passado, em que a memória funciona como operador de compreensão crítica, não desfruta de prestígio na modernidade mais recente, por compor-se mal com a ideologia do progresso contínuo e da autossuficiência do presente.” (SILVA, 1996, p. 61). Que busquemos então mais palavras autênticas, que não se pretendam “puras”, mas que carregam as fendas das histórias individuais e coletivas, para que os testemunhos possam ser definidos como uma ação política e histórica. “[...] não só a palavra poética, mas toda palavra autêntica aparece como resistência.” (SILVA, 1996, p. 60). Como vimos, a memória compartilhada também pode ser uma via de resistência no tempo presente. Silva continua:

Diante de tudo isto, qual o sentido da transgressão e da resistência? Talvez a resposta seja que são estas as únicas formas de compromisso que pode assumir aquele que faz da palavra o meio de reinventar permanentemente o mundo [...] E se a aventura da palavra se torna a desventura do homem é porque as opções humanas não mais permitem que a palavra preencha o vazio que isola os homens.” (SILVA, 1996, p. 65).

Junto com esse movimento de busca do outro, esperamos também encontrar um diálogo com outras vozes, e como o objetivo do trabalho talvez seja levantar mais questões do que respondê-las objetivamente, finalizamos também com esta proposta. Seria todo poeta ou escritor um ressentido? Ou como escreve Drummond em *Conclusão*, “se o poeta é um ressentido, e o mais são nuvens?”. Não o sabemos. Por ora, resta-nos uma tentativa de diálogo com o verso de Monsueto Menezes e Arnaldo Passos popularizado por Caetano Veloso: “Mora na filosofia, pra quê rimar amor e dor?”. Talvez para que a bala perdida seja responsabilidade de alguém.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Crítica cultural e sociedade**. In: _____. Prismas. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGÊNCIA GOV. Segurança Pública. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

ALZUGARAT, Alfredo. **El Testimonio em la revista Casa de las Américas**. In: _____. En otras palabras, otras historias. Montevideú, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Conclusão** In:_____. Fazendeiro do ar. In:_____. Poesia 1930-62: de 'Alguma poesia' a 'Lição de coisas'. Edição crítica preparada por Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ARANTES, Paulo. **1964, o ano que não terminou**. In: _____. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARISTÓTELES. **Poética**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 232 p.

ARQUIVO NACIONAL. Memórias reveladas. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glácia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMILO DE OLIVEIRA, Mariana. **A dor dorme com as palavras – a poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. 204 p.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. 288 p.

CELAN, Paul. **Von Schwelle zu Schwelle. Vorstufen, Textgenese, Endfassung**, edição crítica de Tübingen, organizada por Jürgen Wertheimer em colaboração com Heino Schull, Christiane Braun e Markus Heilmanni. Frankfurt, Suhrkamp, 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n.º. 29. Brasília, 2007, p. 55-66.

DEISTER, Jaqueline. 'Casa da Morte': Petrópolis pede desapropriação de antigo centro de tortura da ditadura militar. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/27/casa-da-morte-petropolis-pede-desapropriacao-de-antigo-centro-de-tortura-da-ditadura-militar>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2011. 128p.

DIDEROT, Denis. **Lettre sur les sourds et muets**, Diderot Studies VII. Otis Fellows (org.). Genève: Droz, 1965.

DIVERSITAS. USP. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/holocausto-e-anti-semitismo>. Acesso em: 28 abr. 2014.

DUARTE, Catarina. Duas vezes mais mortal: Operação Escudo na Baixada supera marca de mortes da anterior na metade do tempo. *Ponte Jornalismo*, 2024. Disponível em: <https://ponte.org/duas-vezes-mais-mortal-operacao-escudo-na-baixada-supera-marca-de-mortes-da-anterior-na-metade-do-tempo/>. Acesso em: 18 mai. 24.

FARIA, Almeida. **A paixão**. 1ª ed. São Paulo: SESI – SP Editora, 2018. 224 p.

FERRO, Sérgio. A FAU-USP e a Ditadura Militar. *Blog da Boitempo*, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/23/a-fau-usp-e-a-ditadura-militar/>. Acesso em 19 mai. 2024.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Retrato calado**. São Paulo: Marco Zero, 1998.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Paul Klee. *Ebiografias*, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/paul_klee/. Acesso em 28 abr. 2024.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010. 191 p.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 225 p.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 352 p.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 286 p.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar e outros escritos**. Tradução: Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 288 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 224 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 116 p.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1991. 330p.

INFORME PÚBLICO. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. São Paulo: CAAF - Unifesp, 2023. 327 p.

KAFKA, Franz. **O Processo**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 334 p.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 208 p.

KEHL, Maria Rita. O engodo da pacificação. Carta Capital, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinia/o-engodo-da-pacificacao/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

KANCYPER, Luis. **Ressentimento terminável e interminável**. Tradução: Emiliano de Brito Rossi. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2018. 288 p.

KUCINSKI, Bernardo. **K.: Relato de uma Busca**. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 192 p.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 96 p.

LESSA, Renato. **A experiência de K**. In: _____. **K.: Relato de uma Busca**. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. 256 p.

LIMA, Luiz Costa. **O chão da mente: a pergunta pela ficção**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 328 p.

LIMA, Luiz Costa. **A ficção e o poema**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 448 p.

LOPES, Silvina Rodrigues. **A anomalia poética**. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2019. 196 p.

MELLO, Thiago de. **Vento geral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, Alberto da Cunha. **Dois caminhos e uma oração**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. 352 p.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escriturário**. 2ª ed. Tradução: Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM, 2012. 96 p.

NIETZSCHE, Frederich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adriana. Mães da Praça de Maio: memória e resistência na América Latina. MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/30/maes-da-praca-de-maio-memoria-e-resistencia-na-america-latina/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

O DIA QUE DUROU 21 ANOS. Direção: Camilo Tavares. Brasil, 2012.

PEDROSA, Chico. Tudo passa. Disponível em: <https://forrobodologia.wordpress.com/2008/01/12/tudo-passa-do-menestrel-chico-pedrosa/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PENHAVEL, Pedro. Leitura de Retrato calado, de Luiz Roberto Salinas Fortes: aproximações benjaminianas. In: ____ Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília, UNB, n.60, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 296 p.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 150 p.

SAFATLE, Vladimir. **Do uso da violência contra o estado ilegal**. In: _____. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**. Tradução: Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAUL FIA. Direção: László Nemes. Hungria, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018. 360 p.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A dimensão ética da palavra. In _____. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1996.

SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. Impact of Human Rights Trials in Latin America. Journal of Peace Research, Los Angeles, Sage Publications, v. 44, n. 4, 2007.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 346 p.

TELES, Edson. **Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul**. In: _____. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. Brasil, 2018.

VELOSO, Caetano. Mora na filosofia. In: _____. Transa. Londres: Chappell's Recording Studios, 1972.

VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: _____. Circuladô. Rio de Janeiro: PolyGram, 1991.

VICTOR, Fabio. **Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 448 p.